

O MEU PAI VOAVA

Tânia Ganho



D. QUIXOTE

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

Tânia Ganho

O meu pai voava



Ficha Técnica

Título: O meu pai voava
Autor: Tânia Ganho
Edição: Carmen Serrano
Revisão: Rita Almeida Simões
Capa: Maria Manuel Lacerda
Fotografias de capa e miolo: arquivo da família Ganho
ISBN: 9789722083270

Publicações Dom Quixote
Uma editora do grupo Leya
Rua Cidade de Córdova, n.º 2
2610-038 Alfragide – Portugal
Tel. (+351) 21 427 22 00
Fax. (+351) 21 471 77 37

© Publicações Dom Quixote, 2024
Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor
www.leya.com

Índice

[Ficha Técnica](#)

[O meu pai voava](#)

Para a minha mãe

Dou por mim a pensar se é do foro privado ou da esfera pública, a morte do meu pai. Se as regras de etiqueta do século XXI me obrigam a anunciá-la nas redes sociais – segundo a mesma convenção que ainda nos dita que publiquemos o obituário no jornal da terra –, ou se posso afundar-me no silêncio durante dias, semanas, por se tratar de um acontecimento privado, algo só meu. Pertence-me. Até onde os nossos mortos são só nossos? Não era só meu, e a minha mãe queria que eu anunciasse ao mundo que ele já não está entre nós.

Entre, em. Ele está *em* nós. De repente, a linguagem é um território cheio de imprecisões e eu procuro o rigor. Escrevo «afundar-me no silêncio» e emendo para «mergulhar», mas não é um mergulho, é um suave submergir, em câmara lenta, um movimento passivo. É o meu corpo que se deixa envolver por uma densa massa de água puxando-me para o seu âmago, e esse lugar é silencioso como o fundo marinho.

Não queria escrever sobre mim, sobre os meus sentimentos. Queria que cada palavra fosse sobre ele. Sou filha dele, fruto dele, tanto do que sou é consequência direta de quem ele foi. Queria escrever sobre o luto sem que o fulcro fosse eu. Será possível falarmos de luto sem falarmos de nós?

Redijo umas linhas e publico-as *online* nas redes sociais. Escrevo a correr, como quem foge. Mantendo-me ao largo, pondo um jugo nas emoções. Despejo as palavras e estremeço, sacudo-as de mim. Formalidade cumprida e, no entanto, não, não é uma formalidade. É o meu pai em cada palavra, e a realidade da sua ausência engole-me e revolve-me, sou roupa aos tombos no tambor de uma máquina de lavar.

A minha gata fica hipnotizada quando ponho roupa a lavar. Sempre que ligo o computador, fico como ela, imóvel diante do ecrã, sem conseguir reagir, responder às mensagens. O meu irmão diz-me: «Leio as coisas, mas o meu cérebro não as processa.» A senhora da agência funerária explica-nos tudo, mas, assim que a porta se fecha atrás dela, somos incapazes de reproduzir o que disse. A linguagem não assenta, pesa-nos, é um nevoeiro cerrado que nos tolhe. Será isto o luto? Esta súbita incapacidade de decodificar as palavras? De repente, estou de volta às aulas de Linguística da faculdade e revejo os bonecos que a professora desenhava no quadro. (Não me lembro se ainda era um quadro preto de ardósia, e os bonecos, de giz.) Entre o emissor e o recetor devia transitar uma mensagem em código, mas o canal está fechado.

Não sei para quem escrevo estas palavras. Para ele, talvez. Para a minha mãe. É aqui que faço o luto. Desde que morreu, escrevo sem parar. Escrevo para recuperar o fulgor com que ele viveu, porque tudo se me afigura triste e ermo.

Como descrevê-lo em meia dúzia de linhas?

Foi cinturão negro de karaté, alpinista, astrónomo amador, inventor medalhado, médico extraordinário. Sabia «A Tabacaria» de cor, contava anedotas como ninguém, criava bichos-da-seda na varanda, fazia experiências com bexigas de porco e aparelhos de sutura, não sabia cozinhar nem onde estava a roupa, quase me estragou com mimos, explicou-me o gato de Schrödinger, usava gravata todos os dias, só lia livros científicos, dormia a sesta a ouvir ópera em altos berros, era um espírito livre, uma alma pura, uma pessoa com um sentido de justiça e de verdade realmente fora do comum, um homem excecional.

Omito que foi um exímio arrombador de fechaduras, que as anedotas mais divertidas eram obscenas, que criava lagartas do medronheiro para engrossar a coleção de borboletas, que a marquise era um estaleiro onde consertava tudo com o ferro de soldar, que chegava a casa com a bata do hospital coberta de sangue e urina, que tirava pedras dos rins com *Araldite*, que era a pessoa mais despistada do mundo e tão acelerado que lhe chamavam Speedy Gonzalez. Sempre que lhe telefonávamos para o hospital, a resposta era invariavelmente «ele acabou de sair».

Montou um escritório no meu antigo quarto e, na parede diante da secretária, pendurou duas fotografias emolduradas, lado a lado: à esquerda, Einstein e, à direita, um macaco ajoelhado a rezar e a legenda «Livrai-nos do mal!». Olho para as estantes e apercebo-me de que tem a coleção toda, ou quase toda, da Ciência Aberta da Gradiva. Era fácil oferecer-lhe prendas de Natal e de aniversário: Feynman, Hubert Reeves, Carl Sagan, Stephen Hawking. Para conseguir ler os títulos, arredo o telescópio enorme que ele usava todas as noites para ver a Lua e os planetas. Obras sobre Mecânica Quântica de par com textos menos ortodoxos sobre óvnis, extraterrestres. Era eclético, o meu pai.

Quando foi que deixámos de lhe oferecer livros? Em que ano percebemos que já não lia à noite, já não tinha capacidade de decifrar textos científicos? Bastaria ver as datas das obras para traçar o calendário do declínio cognitivo.

Numa prateleira, a pilha de *Science & Vie*, a sua leitura de cabeceira, as revistas que ele ainda folheou durante muito tempo. O meu filho diz que quer ficar com as *Science & Vie* e as *Ciel & Espace* do avô. Um dia. Para já, as revistas pertencem àquela casa, àquele escritório. Como se o meu pai pudesse voltar para as reler.

Era ateu. O velório foi numa capela, mas não houve missa, nem versículos da Bíblia. Sobre um altar, coroas de flores e um livro de salmos. Talvez não fosse de salmos. Estava aberto numa página intitulada «Missas dos defuntos». Antífona. Não me lembro do significado de *antífona*, mas gosto da melopeia. Mais tarde, consulto o dicionário: «Versículo principal de um salmo que se recita ou canta em cerimónias religiosas.» Uma das auxiliares que cuidaram dele no lar benze-se três vezes diante do caixão. Perguntam-nos se haverá missa de sétimo dia. Não, ele não era religioso. Nenhum de nós frequenta a igreja, a não ser eu, em busca de silêncio. É nas igrejas vazias que encontro o silêncio de que necessito para me recalibrar, num mundo onde a música se tornou ubíqua, ruído de fundo que me acossa.

Uma jarra com flores do velório na mesa da cozinha. Flores amarelo-vivo, solares como ele, com os azulejos azul-anos 70 como cenário. A toalha de mesa é encerada, mas a jarra é de cristal. Provavelmente oferta de um doente, há muitos anos. Tínhamos uma coleção enorme de licoreiras, salvas de prata, garrafas de uísque. Fotografo as flores, evocando uma série que o fotógrafo Daniel Blaufuks publica regularmente no Instagram: uma mesa numa marquise, apenas a luz muda, e os objetos. As imagens comovem-me. A casa dos meus pais deve ser do mesmo tempo que essa marquise de Blaufuks, eram idênticas as vidraças que mandámos substituir na viragem do século.

Por trás das gerberas, das frésias e dos crisântemos, o quadro branco no qual a minha mãe aponta lembretes. O último que anotou: «Medicina Interna D.» Numa letra enorme, o meu filho, muito pragmático, rabiscou: «Pizza», com dois Z. Quer encomendar piza para o jantar, mas ninguém tem fome. Durante dias, a náusea impede-me de dormir.

Tudo me parece baixo em casa dos meus pais: a pia de mármore da cozinha, o tanque da roupa, o lavatório, os peitoris de todas as janelas, das varandas. Nunca tinha reparado. Quando o meu filho de um metro e noventa abre uma janela, aviso-o: «Cuidado com o teu centro de gravidade.» Parece um gigante, ao lado da minha mãe.

O meu pai encolheu. Sempre foi franzino, mas, nos últimos anos, perdeu uns centímetros de altura. Até ao fim, manteve, porém, uma inusitada força de braços e uma destreza invulgar. Conseguia levantar-se da cadeira de rodas, esgueirar-se da cama pelo espaço entre as barras de proteção.

(Entre as grades: escrevi «grades» e a palavra chocou-me.)

Toda a vida foi desportista, a força muscular perdurou muito para lá da gordura. Fazia fundos e flexões nos apoios da cadeira de rodas, a irrequietude também persistiu. Mas ia de carro para o serviço, quando a diálise ficava a dois minutos a pé de casa. Nós, os filhos, trocávamos dele. Justificava-se, alegando que podia receber uma chamada de urgência e precisar do automóvel para ir ao hospital.

Ser filha de médico era acordar muitas vezes de madrugada com o toque estrídulo do telefone fixo e ver o meu pai vestir-se à pressa e sair de casa às três, quatro da manhã. Noites e noites de chamada.

Debruçada sobre a mesa da sala, abro o *Diário de Coimbra*, procuro a notícia. Encontro-a em tamanho pequeno, no canto superior direito da página, e repetida ao fundo, em destaque, com a fotografia maior. Um obituário a dobrar, como se a minha mãe precisasse de publicar a notícia duas vezes para a processar. Foi a agência funerária que tratou de tudo, o meu irmão mais velho escreveu o texto. Costumávamos fazer troça da minha mãe quando nos sentávamos para tomar a bica, no café do prédio, e a primeira coisa que ela lia no jornal era o anúncio das mortes. Ficava sempre surpreendida, porque havia invariavelmente um morto seu conhecido. Era uma cidade pequena. A agência acrescentou as informações práticas: «O corpo do saudoso extinto encontrar-se-á a partir das 16h de hoje, domingo, na Capela Mortuária...» Detenho-me na expressão *saudoso extinto*, estranhando a fórmula feita, que destoa da concisão com que o meu irmão anunciou a morte: o nome do meu pai e os nossos, apenas.

Eram generosos, os doentes do meu pai. As pessoas do campo ofereciam galinhas, coelhos, perus. Vivos. A empregada embebedava-os no quarto do tanque, antes de lhes torcer o pescoço. Durante meses, tivemos um coelho, o *Júlio*. Um dia, o *Júlio* desapareceu da varanda. É quase certo que comemos coelho a uma refeição.

Lembro-me de uma cabra na varanda, mas creio que era em casa do meu tio, que morava no mesmo prédio. (Talvez o *Júlio* fosse dos meus primos.) Também ele tinha um sem-fim de licoreiras, salvas de prata, garrafas de uísque e peças da *Vista Alegre*. A sala era um museu. Não sei que fim levou a cabra, se foi servida ao jantar ou levada para a quinta de algum colega.

Uma amiga diz-me que os doentes ainda oferecem víveres aos médicos. O marido dela recebe cabazes com azeite da terra, couves, batatas. Azeite, o atual ouro líquido. Penso: gestos bonitos, tomara que o tempo não os apague.

O meu pai era urologista. «Passo o dia a ver pilas», dizia, a brincar. No romance que estou a escrever, uma das personagens fotografa todos os corações que encontra à sua volta: na espuma do café, num trevo, numa mancha na parede. Eu vejo pilas: no vomitado que o gato me deixou na entrada da cozinha pela manhã, nos cabelos que tiro do ralo da banheira e pouso no rebordo. O enrodilhado de fios forma uma pila e dois testículos. Sorrio. Se existe vida depois da morte, seria típico do meu pai, espalhar pilas em meu redor. Estou aqui, ri-te, filha.

Nas festas de fim de ano, na quinta de um dos colegas, os adultos bebiam e contavam anedotas, enquanto nós, os miúdos, nos fechávamos no escritório a fazer telefonemas trocistas para números aleatórios. Lembro-me das gargalhadas, dos gritos divertidos, do meu pai e um colega de cuecas na cabeça, a dançarem em redor da mesa comprida e carregada de comida. Música dos Duran Duran; era o tempo das paixões pelos Duran Duran e dos telediscos dos A-Ha.

Depois dos almoços do serviço, o meu pai voltava sempre para casa com um boneco das Caldas que alguém tinha oferecido. Bonecos de barro com pilas enormes que davam a volta à barriga e pousavam no ombro. A minha mãe deixava-os à vista nesse dia, mas, depois, dava-lhes sumiço. Não sei se os guardava ou deitava fora.

O humor à mesa, especialmente quando a minha avó materna estava presente, era obsceno. O meu pai dizia as maiores ordinarices e a minha avó fingia-se chocada, mas toda ela se ria, encolhendo-se na cadeira, baixando a cabeça, disfarçando a hilaridade. «Ai, este homem só diz disparates!» Ela, até aos cem anos lúcida e acutilante como uma lâmina, fazendo-se de debilitada, apontava para a travessa com bifos a meio da mesa, «o que é isso, filhos?», perguntava, acrescentando que estava muito cega, não via nada. «É bacalhau, Gracinda», respondia o meu pai, com o riso nos olhos, porque ria com os olhos, «não estás a ver que é bacalhau?» Ele passava os almoços a asnejar só para a ver rir. Adoravam-se. «O teu marido é louco», dizia ela à minha mãe.

Nos dias em que operava, ele regressava a casa com uma nova leva de anedotas. Contava-as à mesa e engasgávamo-nos de tanto rir. Exceto quando operava crianças. Nesses dias, vinha silencioso e não levantava os olhos do prato. Sofria, sempre que tinha crianças internadas no serviço.

Quando começou a perder a memória e as referências, apontava para a travessa com peru recheado e perguntava «o que é isso?», e o meu irmão respondia-lhe, jocoso: «É peixe assado, papá, não está a ver que é peixe assado?» Depois, deixou de encontrar as palavras e apontava simplesmente. Esticava o braço e indicava o que queria. Como se o esforço de percorrer o vocabulário interno em busca da palavra certa fosse demasiado cansativo e ele tivesse consciência de que seria infrutífero. As palavras foram-lhe morrendo, uma a uma, até restar o silêncio. Um silêncio impotente e aterrador.

Deixou de sorrir com os olhos.

Éramos filhos da mãe. Nenhum de nós usa os apelidos do pai. Um dia, tocaram à campainha e ele atendeu. Pelo intercomunicador, um colega do meu irmão perguntou se era de casa do Dr. Edmiro Ganho. Ele fez um escândalo quando o rapaz nos chegou à porta e, vendo que o pobre já não sabia onde se enfiar, deu-lhe uma palmada afetuosa no ombro e lançou uma gargalhada.

«Vocês são uns filhos da mãe!», dizia-nos. «Quando eu morrer, não levam um tostão!», e ria-se.

O meu gato chama-se Miro. Perguntam-me se é Miró, como o pintor, porque gato de escritora tem certamente nome erudito. Não, é mesmo Miro, respondo, e vejo as pessoas fazerem cálculos de cabeça, com um leve esgar de desdém: será diminutivo de Valdemiro? Miro, uma homenagem do meu filho ao avô, o seu grande companheiro de brincadeiras quando era pequenino.

Os nomes que o meu avô paterno deu aos nove filhos foram bastante criativos. Creio que não os inventou, ao contrário dos brasileiros, que têm carta-branca nas conservatórias do seu país (conheci recentemente uma Aricléia e uma Neidileti), mas pautaram-se pela originalidade. O meu pai tinha sempre de o soletrar nas repartições, nas lojas, onde quer que lhe perguntassem o nome para fins oficiais. Ademiro? Nunca conheci outro Edmiro que não fosse da família. Pesquiso o nome na internet e descubro alguns homónimos angolanos e brasileiros.

Procuro-o *online*. O primeiro *link* é de um artigo publicado na revista da Associação Portuguesa de Urologia. A frase que o Google destaca, antes de se clicar na página: «EGS é um entusiasta pela vida: “Tento não pensar muito na morte, embora saiba que nos calha a todos...”» Quando o texto completo se abre no meu ecrã, tenho de tirar os óculos para enxugar os olhos, porque as lágrimas me assaltam, inesperadas. São sempre inesperadas. Convenço-me de que já chorei tudo e elas assolam-me, ferinas. Uma das fotografias que ilustram o artigo foi tirada na varanda de casa, junto do telescópio.

Na entrevista, ele conta que viveu uma infância feliz. O oitavo rapaz de nove irmãos. Leio pormenores que desconhecia: «Íamos com garrafas de mergulho dar sardinhas aos meros da reserva do Garajau, caçávamos coelhos de arco e flecha, mas só uma vez é que acertámos num e ficámos com tanto remorso que passámos a fazê-lo com as flechas “emboladas” para não os matar.» Explica que se tornou astrónomo amador, porque costumava ir com o irmão mais velho (que se chamava Martírio e também era médico) observar as estrelas do cimo dos 1800 metros do Pico do Areeiro.

Vêm-me à mente imagens dos nossos verões na Madeira. Íamos comer espetada e bolo do caco, algures na serra, e acabávamos o serão no Pico do Areeiro a ver estrelas-cadentes, eu no meio dos primos, todos eles mais velhos, amontoados para nos protegermos do frio, e as conversas desembocavam em óvnis e naves de extraterrestres, e o céu nunca mais foi tão imponente e infinito como o da minha infância na ilha.

«Tenho uma grande alegria de viver e custa-me estar a envelhecer», leio na entrevista. «As rugas da pele são as que menos me preocupam; piores são as “rugos” do cérebro.» Teria noção, nesse instante, de que a doença começava já a infiltrar-se-lhe, sorrateira, na mente?

A questão que mais me atormentou nos últimos anos:
Teria ele momentos de lucidez?

A minha mãe faz-lhe uma carícia na face, antes de fecharem o caixão.
«Não tinha rugas», comenta.

Conta-me, reconfortada, que, na mesa de cabeceira do hospital, estava uma taça com um restinho de papas.

«Nunca perdeu o prazer de comer.»

As coisas a que nos agarramos para não soçobrar.

A minha mãe escolheu a fotografia mais bonita que guardava dele para colocar, emoldurada, aos pés do caixão. Quando as pessoas entravam na salinha da capela, era assim que o viam: já com sessenta e poucos anos, e aquele seu brilho travesso nos olhos.

Eram dourados, os olhos do meu pai.

O caixão permaneceu fechado no velório.

Quisemos que o recordassem como era, esfuziante.

Detestava que o fotografassem. Será dele que me vem essa mesma aversão? Como se a objetiva pudesse roubar-nos a alma. Dizem-me que, quando recebeu a medalha na Suíça, no concurso de inventores, andou a fugir das câmaras.

A primeira vez que me entrevistaram na televisão e a câmara me focou, os meus olhos pareciam os de um animal esgazeado. Gosto de pensar que herdei isso dele, essa estranha forma de pudor, como se a nossa imagem fosse algo íntimo, e expormo-nos, um desagradável *striptease*.

Até aos trinta e muitos anos, eu tinha medo de tudo, era impressionável, talvez porque, na infância e adolescência, adormecia a ver filmes no sofá com o meu pai e ele só via policiais americanos, assaltos, violações, mulheres assassinadas no chuveiro, mortas na banheira. Adormecia aninhada nele e acordava sobressaltada com tiros ou gritos no televisor, uma cortina de duche a abrir com um puxão e uma prostituta ensanguentada no canto de um polibã. As minhas noites eram povoadas de pesadelos; nem lhe passava pela cabeça que não fossem filmes para uma criança ou adolescente.

Escrevo «infância» e começo a fazer contas, confusa. Que idade tinha quando surgiram os canais privados e a televisão por cabo, e havia policiais disponíveis noite e dia? Pesquiso na internet: no início dos anos 90. Entrei na universidade em 1991, portanto já era adulta nessa altura. Mas tenho a certeza de que, aos onze, doze anos, já existia esse ritual de adormecer a ver filmes com o meu pai. Não era certamente na RTP, embora ainda me lembre das emissões a preto e branco, dos *Jogos sem Fronteiras* a cores e das locutoras de continuidade que anunciavam o que íamos ver a seguir. Do hino que tocava no final da emissão da noite e, depois, o ecrã faiscava e apagava-se, hora de deitar.

É então que me recordo do videoclube do centro comercial. Das cassetes VHS que o meu pai alugava todas as semanas e ficava a ver pela noite dentro. O senhor da lojinha aconselhava-lhe bons filmes, mas o meu pai desembocava invariavelmente nas produções de série B, porque, a certa altura, não havia assim tantos títulos disponíveis no mercado. Como era karateca, consumimos todos os filmes com atores de artes marciais, do Chuck Norris ao Steven Seagal, do Jackie Chan ao Van Damme. Um dia, a cassette que selecionou era tão má que, quando perguntou que tal aquele filme, o senhor do videoclube não se conteve e disse: «É execrável.» Ainda hoje usamos «execrável» para classificar um filme bera. Talvez por influência das novelas brasileiras que também surgiram na minha infância, o meu pai rotulava de «firmão», com R em vez de L, os filmes que eram

maus, mas estavam uns pontos acima de «execrável», pelas peripécias e ação. Pesquiso quais foram as novelas dessa época: *Gabriela Cravo e Canela*, de 1975; *Roque Santeiro*, de 1987. Não me lembro se alguma delas tinha personagens que trocassem os L pelos R, mas só pode vir daí, o sotaque. Pesquiso quando foi inaugurado o centro comercial, porque me lembro de o ver em obras, de subir e descer uma das escadas em caracol, ainda em betão, fascinada com a forma: o Google diz que foi em 1983. Eu tinha dez anos; portanto, os policiais sangrentos que me impressionaram vêm mesmo dessa época.

Na noite da cremação, o meu filho mostra-me o filme que estava a pensar alugar no videoclub da MEO, com o Russell Crowe. Hesita. Digo-lhe: «Vê esse, deve ser um firmão», e ele aluga-o, homenagem ao avô.

Ainda hoje, se porventura adormeço no sofá com as vozes esmorecidas no ecrã, acordo com a nostalgia desses serões em que era a menina do papá.

A nossa vida familiar era feita de rituais: todos os sábados à noite, íamos ao cinema, missão difícil numa cidade pequena onde os cinemas se contavam pelos dedos de uma mão, todos com cadeiras de pau, desconfortáveis, mas dois deles tinham camarotes. Creio que foi num dos camarotes do Tivoli que vi *O Vespão Verde*, «execrável», e o *Splash*, de uma ingenuidade comovente, e adorei ambos e os meus irmãos troçaram de mim durante anos pela minha falta de gosto cinéfilo. Foi no bar do Tivoli que o meu irmão olhou para os pés da minha mãe e viu que ela levava um sapato de cada cor e ela, que nunca foi despistada, só queria voltar para casa, morta de vergonha, não fosse alguém reparar. «Calcei-me sem luz, tinham os saltos iguais, não dei pela diferença», insistia a minha mãe.

O meu pai só nunca saiu à rua com sapatos diferentes, porque a minha mãe lhe punha a roupa todas as noites na cadeira do quarto e, quando saía do banho, ele só tinha de se vestir. Durante anos, se lhe perguntassem onde estavam as camisas, as calças, tenho a certeza de que ele não saberia responder. Antes de se deitar, ela escolhia o fato, a gravata, os sapatos e, de manhã, acordava antes dele para lhe fazer o pequeno-almoço: o café com leite, as torradas, o ovo estrelado. Ele saía da cama para a casa de banho para a cozinha para a rua e tudo fluía como uma linha de montagem, porque a minha mãe assegurava a continuidade dos gestos.

Cuidar dele com Alzheimer foi acrescentar gestos ao ritual matinal de sessenta anos de casamento: ajudá-lo a vestir-se quando já não sabia o que se envergava primeiro, se a camisola interior, se o pulôver; ajudá-lo a enfiar as calças nas pernas e não nos braços; apertar-lhe os botões, porque ele já não conseguia abotoar uma camisa.

Lembro-me de o ver sentado na borda da cama, olhando, perplexo, para as mangas de um pulôver, sem perceber o que fazer com elas.

Falar do lado cru, tão feio, tão triste, da doença de Alzheimer.
Uma violência.

Todos os domingos, íamos almoçar ao Jardim da Manga, um restaurante na baixa de Coimbra. Depois da refeição, os adultos confraternizavam, enquanto nós, os miúdos, brincávamos na fonte renascentista que pertencera ao Mosteiro de Santa Cruz. Corríamos à volta dos lagos, subíamos e descíamos as escadas de pedra, espreitávamos para dentro das quatro capelinhas sombrias e misteriosas. Um de nós caiu ao lago, uma vez, voltou para casa a pingar água.

Os donos e funcionários do restaurante viram-me crescer, viram crescer o meu filho. Viram o meu pai desfalecer à mesa e cair no chão. O meu irmão mais velho diz que ele ficou lívido, revirou os olhos e desmoronou em câmara lenta.

Quando se ajoelhou junto dele, o meu pai abriu os olhos e sussurrou-lhe: «Deixa-me ir, não faças nada. Deixa-me ir.»

Estava uma colega médica no restaurante, a almoçar com a família. Chamaram uma ambulância. Horas no hospital. Anos no lar.

De vez em quando, o meu irmão quebra um silêncio e diz-me:
«Ele sabia, ele tinha consciência.»

Durante o ano letivo, ele não fazia ideia dos nossos horários e rotinas, de como ocupávamos as horas. Era um pai ausente, de dia trabalhava, à noite ia para o café estudar. Nas férias de verão, tornava-se demasiado presente, metamorfoseava-se em pai siciliano, castrador. Quando eu tinha catorze anos e os meus primos me levaram a uma discoteca pela primeira vez – As Vespas, na Madeira –, o meu pai descompôs a família toda, como se me tivessem levado a um lupanar. E quando, nesse mesmo verão, me embeicei por um rapaz de dezassete e ingenuamente deixei que me envolvesse os ombros com o braço no Clube de Naval – sentados entre os primos e amigos dos primos –, assim que me viu, o meu pai veio direito a mim, de cenho franzido, chamou-me à parte e pregou-me um responso, como se dizia na ilha. Falou-me por entre os dentes, qual cão a rosnar. A paixoneta de verão começou e acabou naquele instante. Não me rebelei, era-me impossível rebelar-me contra o meu pai, reservei sempre as revoltas para a minha mãe. Aceitei a impossibilidade de namoriscar na ilha, na presença paterna.

Em outubro desse ano, de regresso às aulas, apaixonei-me e comecei a namorar com um colega mais velho da International House. De vez em quando, faltávamos às aulas. Nos tempos letivos, fiz trinta por uma linha, sem que o meu pai alguma vez desconfiasse do que quer que fosse.

Volvidos anos, já eu andava na faculdade, ele comentou ao almoço que tinha um doente, no serviço, que era «uma joia de rapaz». Quando explicou que era S., primo de fulano tal da Madeira, pousei os talheres e fixei-o, irritada. «A sério, papá? Uma joia?» Mas ele não se lembrava. Não fazia a mínima ideia de que «a joia de rapaz» era o mesmo por quem eu me embeicara em adolescente e que ele tratara como se fosse um molestador de crianças. Acabei por me rir e troçar dele, da sua desmemória. Não fizera por mal, quisera proteger-me. Passámos o resto do almoço a discutir o diagnóstico: uma torção testicular.

Muito antes de ver um homem nu, já eu sabia que era possível terem testículos torcidos, fraturarem o pénis, sofrerem de priapismo. Conversas escatológicas que acabavam invariavelmente connosco a rir às gargalhadas e a minha mãe a fingir-se escandalizada: «Edmiro, já chega!» Tratávamos o corpo por tu, uma familiaridade saudável, sem tabus.

Até nisso o meu pai era eclético: tanto falávamos de buracos negros e aceleração de partículas, como nos entregávamos a um festim de ordinarices. A linguagem era rica, multifacetada, saltávamos de um registo intelectual para um registo brejeiro, todas as palavras eram exploradas e bem-vindas. Ele exigia sempre rigor, mesmo sem se aperceber. Quando nos queixávamos de maleitas, tínhamos de encontrar a palavra exata para descrever as dores, as expectorações, as fezes, para ele fazer o diagnóstico. Não fui para Medicina, como todos esperavam, mas há muito do rigor científico do meu pai neste meu amor às palavras.

Sabia reparar pequenas coisas em casa, desmontava aparelhos elétricos, soldava peças, não sei muito bem o que fazia, mas era uma pessoa de ação. Tentava. Por vezes, era pior a emenda que o soneto, mas nunca ficou parado a olhar para um problema sem arregaçar as mangas e se aventurar na sua resolução. Quando inauguraram uma nova pastelaria em Coimbra, com pretensões de requinte, ele não se coibiu, um dia, de parar o carro diante da esplanada e se pôr de gatas no alcatrão, a olhar para debaixo do automóvel. Fiquei transida de vergonha, a observá-lo da esplanada, até ele voltar para o carro e arrancar, com as mãos sujas de óleo.

Por vezes, na adolescência, desejei que o meu pai fosse diferente, que fumasse cachimbo e usasse lenço ao pescoço como um ou outro colega dele. Desejei que fosse altivo e contido, e não aquela pessoa que corria em vez de andar, nos chamava na rua ao assobio, assobios madeirenses com dois dedos na boca, estridentes e eficazes. Aquela pessoa escatológica e pragmática que, quando um de nós se queixava de dores na barriga, nos tamborilava no ventre para aferir se seriam gases, através do som de tambor. Desejei que fosse pedante e não aquele homem simples, tão confortável na sua pele. Porque eu, adolescente, não me sentia bem na minha pele.

A adolescência passou e devolvi o meu pai ao pedestal.

Só quando fui mãe é que voltei a desmontá-lo e a questionar a sua parentalidade. Não existia, na minha infância, o conceito de «parentalidade». Os filhos eram criados em regime de semiautogestão. Os pais faziam o serviço básico: mandavam-nos comer legumes, levavam-nos à escola, assinavam os papéis das faltas, nós cedo aprendíamos a falsificar-lhes as assinaturas, eles não brincavam connosco, fumavam dentro do carro, levavam-nos de férias uma vez por ano, pagavam-nos aulas de inglês ou francês, ginástica ou karaté, iam ao cinema à noite e deixavam-nos sozinhos em casa, e, regra geral, eram poucos os miúdos do nosso meio que se extraviavam. Brincávamos à bola ou à apanhada na rua, tocávamos às campainhas e fugíamos, andávamos de bicicleta, abríamos cabeças, tínhamos sempre mãos e joelhos sujos e esfolados, até eu, a menina bem-comportada. Havia o mundo dos adultos e o mundo das crianças, e não se sobrepunham. Coexistiam e nós, crianças, sabíamos as linhas que não podíamos pisar sem sofrer sanções. Quando os adultos falavam, nós calávamo-nos; quando havia festas, os adultos comiam a uma mesa e as crianças na cozinha, ou a uma mesa diferente. Ninguém nos vigiava nesses longos momentos em que nos deixavam entregues a nós próprios. Eles divertiam-se e nós também, cada grupo para seu lado.

Do manual de inglês do secundário constava um capítulo inteiro sobre a «generation gap» e era esse fosso aberto entre as gerações que nos alimentava a rebeldia e nos fazia desejar mais do que tudo sermos adultos, porque ser adulto era sinónimo de liberdade. «Enquanto viveres debaixo do meu teto, fazes o que eu mandar» era uma frase típica do meu pai. Eu queria viver segundo as minhas próprias regras, queria ter o meu espaço e libertar-me das regras dele. Porque em casa dele não podia beber, fumar, namorar, dormir com quem me apetecesse, chegar a casa de madrugada. «Liberdade não é libertinagem», sibilou-me, um dia, quando a minha mãe lhe contou que voltei da discoteca às seis da manhã. Essa ânsia de liberdade

fez de mim quem sou. Vem daí, entre outras coisas, a decisão de trabalhar como *freelancer*, de não ter ninguém, nunca, a dar-me ordens, a impor-me regras e rotinas.

Por vezes, penso: o meu pai não sabia andar de autocarro (não fazia ideia se entrávamos pela porta da frente ou pela de trás, nem onde se comprava o bilhete), não tinha noção do preço de um iogurte ou de um par de calças, nunca planeou umas férias, nunca marcou uma viagem. Chegámos ao aeroporto de Lisboa, num verão, a caminho de Cuba com um grupo de colegas, e ele soltou um dos seus «Porra!» sonoros, batendo com a mão na testa, furioso. Esquecera-se dos dólares. Passámos duas semanas a viver à custa de outro médico, que levava dinheiro suficiente para cobrir todos os imprevistos, até os esquecimentos do Edmiro. Ainda hoje brincamos com isso. «Porra, esqueci-me dos dólares!» O meu pai era brilhante, mas as coisas mezinhas do quotidiano, as minudências prosaicas do dia a dia, eram-lhe desconhecidas.

No dia da cremação, passeamos pelo Jardim Botânico. Na alameda das tílias, o meu irmão mais velho olha para mim e diz: «Não sei como é que nos tornámos os adultos que somos, eficientes e funcionais. É um mistério.»

As nossas férias eram sempre marcadas por terceiros. Durante anos, passámos os verões na Madeira, porque um dos meus tios paternos tinha uma agência de viagens (e uma seguradora, pelo que também tratava dos seguros da família) e marcava os voos; fomos muitas vezes ao Algarve, porque um dos meus tios maternos era o braço-direito do proprietário de vários hotéis e nos reservava estúdios e apartamentos; percorremos a Europa toda de caravana, porque os colegas do meu pai planeavam os itinerários e nós limitávamo-nos a segui-los. Se não houvesse tios e colegas, teríamos nós ido de férias para algum lugar?

Costumávamos falar ao almoço sobre a morte de cada um de nós. Todos queríamos ser cremados. Que fazer das cinzas? Há uns anos, eu queria que lançassem as minhas cinzas do cimo do Pico do Areeiro. Nada prático, tendo em conta a distância e a despesa com voos, hotel. Depois, tracei o plano de me deitarem no mar da Madeira, mas, com o tempo, começou a desagradar-me a ideia de passar a eternidade molhada, noção estrambótica que me fazia sorrir. Na dúvida, desisti dela. Recentemente, anunciei um novo destino para as minhas cinzas e, de vez em quando, certifico-me de que todos – o meu filho, o meu irmão, a minha mãe – sabem onde quero que me espalhem ao vento. Nunca na cidade onde nasci. Isso é ponto assente.

O meu irmão diz que, na agência funerária, lhes mostraram um catálogo, mas a conversa acaba por mudar de rumo – parecemos incapazes, nestes dias, de seguir o fio condutor de um raciocínio – e fico sem saber que opções lhes apresentaram para as cinzas. Já em Lisboa, dou por mim a pensar nisso e a abrir, sem saber muito bem porquê, o *site* da agência. Leio que é possível banhar a prata ou ouro uma flor do velório. Eu teria gostado de preservar uma gerbera e uma frésia, secando-as entre as folhas de um dicionário, como fazia na infância, mas não tive energia. Também podíamos criar um diamante a partir das cinzas ou do cabelo. Estremeço ante a ideia, que se me afigura macabra, de usar um anel ou um colar com as cinzas ou os cabelos do meu pai. Ou de quem quer que seja. Do meu filho, talvez. De um filho talvez não nos pareça macabro guardarmos o pouco que nos resta: as cinzas, uma madeixa de cabelo, os dentes de leite, o cordão umbilical. Nenhuma regra se aplica à morte de um filho, estamos para lá de toda e qualquer racionalidade ou convenção, do conceito de bom gosto ou bom senso.

Talvez o meu pai tivesse apreciado que o levássemos num veleiro e o deitássemos ao mar, num ponto definido por geolocalização (explica o *site*), numa urna biodegradável. Ele teria gostado de nadar com os peixes e de se dissolver nas águas do mar.

Perguntamos à rapariga da agência o que são as cinzas que nos entregam, porque passámos o almoço inteiro a discutir se o corpo seria queimado dentro do caixão e com a roupa, se reutilizariam os caixões, se despiriam os mortos antes de os cremar. Não tem jeito nenhum despirem os cadáveres, diz um de nós. E os sapatos, lembra outro à mesa. Os sapatos com sola de borracha, aquilo demora imenso tempo a arder. E as próteses? O meu pai tinha uma prótese de titânio na anca. «Há pessoas que querem ficar com as próteses», responde a rapariga, sempre com um sorriso. Já ouviu todas as perguntas do mundo; para ela, nada é estapafúrdio ou mórbido. Nocivo é não perguntar.

O caixão é colocado numa espécie de tapete que entra no crematório, a temperaturas altíssimas. Da cremação só restam as ossadas, que é o que sobra também quando os corpos são enterrados. O resto – o caixão, as roupas, os sapatos – é reduzido a cinzas. As cinzas que nos entregam são os ossos triturados. Vão a uma espécie de centrifugadora que os tritura até os reduzir àquele pó que nos entregam dentro da urna. O meu pai, com o seu espírito científico, teria gostado de saber os pormenores. Teria sido o primeiro a fazer perguntas, e muito mais minuciosas do que as nossas, que ainda temos o cérebro envolto numa bruma espessa.

A minha mãe diz-me ao telefone: «Gostava de ter ficado com a prótese da anca.» Não perguntei porquê, para quê. Faz parte do luto, o absurdo.

Pensava que os velórios tinham obrigatoriamente de durar a noite inteira. Foi um alívio saber que podíamos pôr fim à vigília quando quiséssemos, respeitando um mínimo de decoro social. Não ficaria bem começarmos às quatro da tarde e terminarmos às seis, mas oito era uma hora aceitável. Quatro horas, disse para mim própria. Quatro horas passam depressa. Temos de dar às pessoas que conheceram os nossos mortos a oportunidade de comparecerem e partilharem connosco a sua dor e as suas recordações, porque os nossos mortos também são delas, fizeram parte das vidas delas, e nós queremos que venham, que sejam numerosas. Devem ser muito tristes os velórios vazios, sem amigos, sem conversas murmuradas, sem lágrimas e sem risos, sem histórias para contar. Foi um esforço manter a compostura, não desmoronar em público, mesmo depois de tantos anos a domar os sentimentos para que a fachada nada transpareça. A contenção era ponto de honra.

Quando deram as oito horas, eu já não conseguia cumprimentar, agradecer, responder, a linguagem começou a desintegrar-se, um peso, sentia-me debaixo de um peso enorme, só queria que toda a gente se fosse embora, precisava de ficar sozinha com o meu pai. Sozinha com o meu pai naquela capela à luz de velas falsas. Dentro do meu corpo, levantava-se um grito, e o grito transformou-se num coro, um crescendo, e tive a certeza de que desataria a berrar se não se fossem todos embora. As vozes, os passos, tudo me chegava em fragmentos, e eu desintegrava-me ali mesmo, no banco, em público. O meu filho, fixando-me à distância, vigilante, sentou-se ao meu lado, passou um braço pelos meus ombros. «Estás bem?» Pedi-lhe para chamar o meu irmão mais velho. Não me lembro do que lhe disse, mas mais tarde o meu irmão comentaria que expulsei toda a gente do velório. Não sei se o fiz, mas era o meu pai e eu precisava de me despedir dele a sós.

Encolhi-me no banco, para que ninguém me visse por trás do caixão, e esperei pelo silêncio. E, quando finalmente o silêncio desceu sobre a capela, pude chorar. Compreendi porque é que nos filmes as pessoas se deitam ao

lado dos mortos, se atiram para dentro da sepultura aberta. Por instantes, era isso que eu queria, abrir o caixão e estender-me ao lado do meu pai, pedir-lhe um último abraço. E ficar assim durante horas, na quietude à luz das velas, sem ninguém, só nós os dois. Havia todo um mundo que se encerrava naquele dia e eu precisava do meu pai para enfrentar o resto da vida. Era como se, deixando de ser a menina do papá, fosse obrigada a crescer, a ser adulta, e eu não queria ser adulta. Já o era há muitos anos, e já o perdera há muito tempo, mas a finitude do caixão, do corpo frio, de mãos entrelaçadas no peito, fez-me sentir que uma parte de mim morrera. A menina.

O meu filho esperou por mim na salinha da entrada. E, quando me ouviu sossegar, entrou na capela, de mansinho, e sentou-se ao meu lado. «Posso ficar aqui contigo?» Puxámos a fotografia do meu pai para a nossa frente e sentámo-nos diante do caixão. Partilhámos o silêncio. «Queres mais um lenço?», perguntava-me ele, passando-me os lenços de papel. Conversámos. Quando senti que, agora sim, me tinha despedido do meu pai, levantámo-nos, roubámos uma flor aqui e outra ali às várias coroas, para não as desfear, e, de mãos floridas, trancámos a porta da capela e voltámos para casa.

Escreve um livro divertido sobre o teu pai, diz-me uma prima. Mas só me saem frases tristes.

Nos últimos meses antes de ele morrer, sonhei repetidamente que me mudava para o meu antigo apartamento, a minha casa de solteira, e passava os sonhos, perplexa, a tentar, por um lado, perceber o porquê daquela mudança – que acontecera na minha vida para eu ter de abandonar a casa onde estou e regressar a um espaço tão pequeno? – e, por outro, a tentar encaixar, em vão, as minhas inúmeras estantes nas duas assoalhadas. Não cabíamos ali, o meu filho e eu, nem nós, nem os móveis, nem a roupa, mas sobretudo os livros. Que fazer de tantos livros? Que acontecera? E acordava sempre, de todas as vezes, com a certeza de que o meu pai ia morrer.

Sobreviveu, incólume, a dois surtos de covid que levaram muitos residentes do lar, a uma pneumonia e a duas hospitalizações, e toda a gente estava convencida de que resistiria a esta segunda pneumonia. Era franzino, mas intrépido. Eu senti que não, desta vez não sairia com vida do hospital, e interrogo-me se seria intuição, a intuição em que ele, estranhamente, tanto confiava. A mesma que nos fez desistir de uma visita a Camagüey, há muitos anos. Alugámos carro, tratámos de todas as formalidades e, na véspera, no hotel em Varadero, confessei ao meu pai, envergonhada, pois a ideia da visita fora minha: «Estou com um pressentimento em relação à viagem de amanhã.» Ele fitou-me e confessou: «Eu também.» E desmarcámos. Ele perdeu o dinheiro do carro, mas ensinou-me essa lição, que, infelizmente, noutros momentos da minha vida, ignorei: «Ouve a tua intuição.»

Vejo um filme no primeiro dia em Coimbra, no meu *MacBook* de ecrã pequenino. Nunca tenho tempo para ver filmes, a subscrição do Filmin estava virgem. Também nunca tenho tempo para escrever. Alguém nos informa de que podemos tirar cinco dias de licença, «faltas por nojo». É adequado, o vocábulo «nojo», ainda que, por instantes, pareça de mau gosto: do latim *inodiare*, «inspirar horror». Há tantas circunstâncias em que a morte nos infunde horror. Não neste caso, porém, não é horror o que sinto. Instigo o meu irmão a não dar aulas nessa semana e, seguindo o meu próprio conselho, decido não traduzir durante uns dias. Desde que o meu pai morreu, não paro de escrever dentro de mim. Suspendo a tradução de *Whale Fall*, mas escolho um filme, *Um Amor na Escócia*, que me remete para esse mesmo ambiente do livro, belo e inóspito, uma ilha árida tão pequena, que todos se conhecem. As paisagens são desoladas e tristes. Eu sou aquela paisagem. Reconforta-me, o filme. De uma beleza singela.

Joan Didion perdeu o marido e, pouco depois, a filha. (Detenho-me na palavra «perdeu»: a ideia de perder uma pessoa quando ela morre, o sentimento de perda, mas também a noção de extravio.) O primeiro livro que escreveu sobre o luto, *O Ano do Pensamento Mágico*, é um texto lúcido. No segundo, *Noites Azuis*, sobre a morte da filha, sente-se a dor a esgaçar cada frase, cada pensamento. A desintegração da linguagem: «E se nunca mais conseguir localizar as palavras que funcionam?», questiona-se.

Telefone para o hospital, com o propósito de alterar uma consulta, e não consigo dizer o nome do médico, a especialidade, indicar a data. As palavras não me vêm à boca, perdem-se entre o cérebro e os lábios, desfazem-se. Recebo um *e-mail* da Segurança Social a informar-me de que tenho uma mensagem nova e, sem a abrir, penso: tenho de entregar a declaração trimestral, e sento-me ao computador, preparada para apresentar os rendimentos do trimestre. O *site* responde-me: não se encontra no período de entrega da declaração. Por um instante, não compreendo. E, depois, percebo que estamos em março e não em janeiro, e assusto-me. Uma espécie de alienação, ou alheamento, o luto. A linguagem desintegra-se e as referências desaparecem por momentos.

Todos os livros que li sobre o luto. Joan Didion, Joyce Carol Oates, Julian Barnes, Chimamanda Adichie, Rosa Montero, Imma Monsó. Comecei a preparar o luto há anos, como se fosse possível prepararmo-nos para o embate da morte. Que me ensinaram estas leituras? Que o luto é uma onda que se despenha sobre nós quando menos esperamos? Creio que é esse o ponto comum a todos, mas não quero revisitá-los, não me sinto capaz de regressar às suas páginas, para já. A minha mãe telefona-me e diz, desconcertada, aborrecida: «De vez em quando, parece que me dá uma coisa e choro, choro, choro, não consigo parar. É aflitivo. E depois passa.»

E, passados uns dias, anuncia: «Hoje não chorei.» Contente. Quase orgulhosa.

Quando Alzheimer começou a fincar as gavinhas na mente do meu pai, a expressão dele lembrava-me um verso de Álvaro de Campos: «Estou hoje perplexo como quem pensou e achou e esqueceu.» O desconcerto de não saber onde estava, quem era. Das últimas vezes que nos visitou em Lisboa, sempre que ele saía para tomar café na esquina, íamos para a janela, a minha mãe, o meu filho e eu, vigiá-lo. Discretamente, para não o ofender, não lhe espezinhar a dignidade. Esquecia-se do motivo da saída e, tentando regressar a casa, víamo-lo a atravessar a rua, dirigindo-se para o prédio em frente, convencido de que era o nosso. Um de nós descia a correr e ia resgatá-lo. Sorrindo, brincando. Com carinho, reorientávamos-lhe os passos. Na última visita, deixámo-lo descer sozinho no elevador, mas o meu filho foi atrás, de escadas, para zelar por ele. O desconcerto nos olhos de Alzheimer.

A enfermeira passou pelo quarto, ele abriu os olhos e fitou-a. Quando lá voltou, uns momentos depois, pensou que ele tinha adormecido. Estava morto.

Ouçó tantas histórias de pessoas que morrem quando ficam momentaneamente sozinhas no quarto. Como se esperassem que a enfermeira ou o familiar se ausentasse por instantes para morrerem sós. Porquê? Para não perderem a coragem de partir? Ou será a morte o que existe de mais solitário e temos impreterivelmente de a enfrentar sozinhos?

No velório, perguntam-me de que morreu ele. «Tinha Alzheimer», digo, sentindo-me desconexa no meio de tantas pessoas, conversas sussurradas, movimentos. «Não se morre de Alzheimer», responde a médica que me interpelou. A minha falta de rigor confrange-me. Quando, mais tarde, a rapariga da agência nos entrega uma pasta com documentos, procuro o atestado de óbito passado pelo médico no hospital. Causa da morte: «Pneumonia adquirida na comunidade. Insuficiência respiratória.» Da próxima vez que me perguntarem de que morreu o meu pai, saberei responder com as palavras exatas.

Para nós, ele morreu de Alzheimer.

Olho para as pessoas em meu redor no velório e apercebo-me da fragilidade de tantas delas. Da minha própria fragilidade. Quando é que começamos a pensar na proximidade da morte? Sempre falámos da morte, na minha família. Quando se tem um pai médico, a finitude da vida é tema frequente e, muitas vezes, abordado em tom jocoso, mas era como se a morte não nos tocasse. Ainda ninguém do círculo restrito nos tinha morrido. O meu pai dizia que queria morrer de ataque cardíaco, uma morte rápida. «Quero cessar sem consequências», escreveu Álvaro de Campos, «quero ir para a morte como para uma festa ao crepúsculo.»

Lembro-me de um dos irmãos dele nos fazer rir, sentado na nossa cozinha, em Coimbra, garantindo que preferia uma morte lenta, «quero morrer devagarinho», talvez na esperança de se escapulir. O meu pai teve um ataque cardíaco, mas quis o destino que os primeiros sintomas se manifestassem em pleno parque de estacionamento do hospital e que a equipa de reanimação fosse a passar nesse momento. Um toque de miraculoso. Creio que escrevi sobre isso no meu primeiro livro. «Está a sentir-se mal, Dr. Edmiro?» «Sim, acho que estou a ter um enfarte.» E levaram-no de imediato para as Urgências e fizeram-lhe um cateterismo com duplo *stent*.

A Natureza tentou oferecer-lhe a morte rápida que ele almejava; a Medicina salvou-o. E, assim, ele pôde conhecer o neto. Pagou uma elevada fatura pelo milagre: a morte lenta de Alzheimer, a sua ideia íntima de inferno.

Ele dormia de barriga para cima e mãos no peito, com o lençol puxado até aos cabelos. Na minha infância, quando entrava no quarto dos meus pais ao domingo de manhã, era invariavelmente assim que o encontrava. «Uma múmia!», exclamava, divertida. O lençol era a mortalha que o envolvia, um pormenor cómico que me arrancava risos.

Um dia, entrei no quarto, na clínica, e ele estava na cama, com o lençol até ao queixo. Cor de cera, tez uniforme. Absolutamente imóvel, com a boca metida para dentro, parecia embalsamado. Tive a sensação de que estava no velório do meu pai.

Fechei-me na casa de banho para esconder as lágrimas.

Fomo-nos despedindo dele aos poucos, chorando a sua perda.

E, no entanto, estou em carne viva.

A rapariga da agência perguntou se ele tinha um *pacemaker*. Se tivesse, seria preciso abri-lo, desligar não sei o quê, uns fios?, porque podia explodir, será que foi explodir que ela disse? Estávamos à mesa. Abri-lo? O corpo? Por instantes, não compreendi o que o meu irmão dizia. Mas abriram-no? Ele não tinha um *pacemaker*, pois não? Confusa, revendo os meus ficheiros mentais para perceber a que procedimentos o meu pai se sujeitara depois do enfarte. Há partes da minha vida que apaguei ou que são turvas, desfocadas. Quando o meu pai foi operado à coluna, onde é que eu estava, que não me lembro de o ter visitado no hospital? A ausência de recordações choca-me. Como é que eu, a filha querida, a menina do papá, não me recordo de ter estado à cabeceira dele quando o operaram à coluna?

Pergunto à minha mãe e ela aviva-me a memória, em que fase tudo aconteceu. A minha vida estava tão caótica, que não tive forças para ir a Coimbra visitar o meu pai ao hospital. Provavelmente, todos me disseram «não venhas, não é preciso, o papá está bem». Como fazem agora, quando digo que irei a Coimbra para ajudar com as burocracias. «Não venhas, não é preciso», e não sei se me sinto magoada por não me quererem junto deles ou se são simplesmente pragmáticos e preferem poupar-me a deslocações, despesas, desrotinas. Como a família March das *Mulherzinhas*. Quando traduzi recentemente as duas partes do livro – que, na infância, li com devoção –, surpreendeu-me o tom prático com que a família inteira decide que é escusado dar a notícia da morte de Beth a Amy; é melhor deixar a rapariga divertir-se em Itália do que estragar-lhe a viagem anunciando-lhe o falecimento da irmã.

A menina do papá. Nunca tinha lido *Boas Esposas*, a segunda parte do clássico de Louisa May Alcott. Não sabia que, durante uns anos, Jo se torna o bordão da velhice do pai. A filha mais velha, a solteirona que se encarrega, orgulhosa e estoica, de cuidar do *pater familias* debilitado. O meu pai costumava dizer que eu seria o bordão da sua velhice. Era uma frase recorrente e ele sorria, os olhos brilhavam-lhe como quando contava piadas, mas creio que a ideia lhe agradava.

Releio *Três Guinéus* de Virginia Woolf, e detenho-me na seguinte reflexão: «mulher, o ser humano cujo sexo faz com que seja o seu dever sagrado sacrificar-se ao pai. [...] Uma filha que deixasse o pai era uma filha desnaturada; a sua feminilidade era suspeita.» Woolf dá o exemplo de Charlotte Brontë, que rejeitou o amante, Arthur Nicholls, para agradar ao pai. E de Elizabeth Barrett, mas Elizabeth acabou por fugir e «o pai nunca a perdoou por esse ato de desobediência».

Não fui o bordão da velhice do meu pai.

Por vezes, no lar, parecia-me ver-lhe um relâmpago de lucidez nos olhos, como se, por instantes, ele estivesse presente. E o que via era raiva. Uma raiva inenarrável. Como se me apontasse o dedo: Abandonaste-me.

Não sei se me perdoou.

Ele sentava-se numa cadeira à porta da sala de estar do lar e dizia:
«Vou fugir.»

Sempre que via uma das auxiliares, que certamente lhe lembrava alguém da sua vida anterior, a sua vida em liberdade, pedia: «Leva-me para o Funchal.»

Quando ainda falava, queria saber, insistente, onde se apanhava o autocarro para o Funchal.

Uma vez, discutimos em minha casa, acesamente, porque ele teimava que estávamos na Madeira e podíamos ir de carro ao Funchal. O meu filho mostrou-lhe um mapa, indicou-lhe Lisboa. Paciente, disse-lhe: «A Madeira é uma ilha, está rodeada de mar, temos de ir de avião ou de barco.»

Ele fitou-nos, contrariado, colérico.

As lágrimas estancam ao fim de duas semanas. Um período retemperante. A minha mãe ressalva: «Mas não me esqueci dele.» E, depois, recomeçam. Inusitadas. Cancelo eventos literários. Não consigo imaginar-me numa sessão sobre o *Apneia*, sempre tão íntimas e duras, sentindo-me assim, esfolada, propensa ao choro, eu, que raramente choro.

Visitava-o todos os meses e, no último ano, por vezes deixava passar mais tempo, o intervalo alongava-se. Sentia o peso de não o visitar com a regularidade desejável, a culpa de não ser a filha devota que todas as semanas se senta junto do pai, como a filha mais nova de *O Meu Nome É Alice*, dedicada e altruísta. Não fui dedicada e altruísta. Tinha um filho para criar, para sustentar, não tirava férias, folgas, dias de descanso, todos os dias eram dias de trabalho.

Ouvia as auxiliares do lar comentarem que havia utentes que não recebiam visitas, as famílias «despejavam-nos no lar» e ninguém queria saber deles.

Como explicar àquelas mulheres que faziam o trabalho que nenhum de nós conseguiu assumir, àquelas mulheres – elas, sim, práticas e altruístas – que não conheceram o meu pai antes da doença, que ele tinha uma mente brilhante e que vê-lo naquele estado me era incomensuravelmente doloroso. Cada visita, uma lâmina que abria mais um corte. Pensava nele todos os dias, todos os dias pedia notícias à minha mãe, mas vê-lo prisioneiro da doença lacerava-me. Constatar, a cada visita, nos olhos dele, que não sabia quem eu era.

(Estar num almoço de trabalho no Palácio da Mitra, concentrada no que se diz à minha volta, e olhar para o centro de mesa e ver gerberas amarelas entre os jarros brancos. A vontade de puxar uma das flores para a levar comigo. Regressar a casa, pensando se a tristeza que me cobre e que sacudo em público não estaria já em mim, desde sempre, se a morte do meu pai não será só um pretexto para, enfim, eu a justificar.)

Vamos reconhecer o corpo à morgue.

A rapariga da agência tem de tirar senha, houve vinte óbitos nessa manhã, explica ela, a casa mortuária está numa azáfama inusitada. «Se tiverem sintomas de gripe, não vão ao hospital, fiquem sossegadinhos em casa», avisa ela. «As pessoas vão ao hospital e já não saem de lá, é lá que apanham este bicho que anda por aí a matar tanta gente.» Esperamos, nas cadeiras de plástico da entrada, entre paredes amarelo-torrado esmaecido, vendo a chuva cair de jorro, como se alguém lavasse o céu e despejasse baldes de água cá para baixo. Os carros funerários alinham-se sob o telheiro. Os corpos chegam e saem em caixas estreitas e baixas, que me parecem cápsulas, vagens de favas, mas em preto.

A rapariga segue o meu olhar e diz qualquer coisa sobre as caixas, desculpando o seu aspeto rudimentar. Em circunstâncias «normais», creio que não assistiríamos a este vaivém de corpos, prosaico e sem rituais que o tornem solene. A própria ida à casa mortuária seria um momento de silêncio e serenidade, sem senhas de supermercado, sem pessoas à espera, em fila. Ainda assim, não se ouvem vozes, apenas sussurros, ninguém estuga o passo, os homens das funerárias passam calados, de fato preto, cumprimentam com um discreto aceno de cabeça, fumam lá fora.

Quando chega a nossa vez, não vemos ninguém. A rapariga conduz-nos pelo corredor vazio e faz-nos entrar na antecâmara da morgue, onde dois homens colocaram a maca com o corpo e aguardam à parte, silenciosos, de mãos cruzadas na cintura. Por trás da maca, um biombo impede-nos de ver o que se passa na sala. Baixo os olhos.

Está sereno, o meu pai. Tiveram o cuidado de o cobrir com um lençol estampado em azul e branco, o meu irmão descrevê-lo-á como «colorido», e esse pormenor do apontamento de cor reconforta-nos, como se tornasse menos sombria a morte. Tem algodão a preencher-lhe a boca e as narinas, as faces frias e acinzentadas. A minha mãe faz-lhe festinhas na cara, descobre-lhe as mãos.

Parecem-me de cera, nunca as mãos do meu pai foram tão brancas. Alvas é a palavra que me vem à mente. Os dedos fundem-se uns nos outros, como se a cera tivesse derretido e formado uma membrana interdigital. O meu pai anfíbio. O meu pai Homem da Atlântida. Deslizava pelo mar fora com a *souplesse* de um golfinho, como se pertencesse àquele meio aquático. As braçadas de *crawl* eram ágeis e exatas, sem esforço.

Dou-lhe um beijo na testa.

Meses depois, quando regresso à piscina e retomo o ritual de nadar, é nele que penso a cada braçada de *crawl*. Sempre tive dificuldade em virar a cabeça dentro de água e respirar de lado, a rotação é penosa, emperrada. Tenho de me concentrar no movimento das mãos, o ângulo a que entram na água, o arabesco que descrevem, imersas, para impulsionar o corpo.

Ele nadava com a graciosidade de um bradicárdico.

A urna é um cubo de madeira escura com uma tampa. Uma falsa tampa, descobrimos nós, assim que, movidos por uma curiosidade algo mórbida, a tentamos tirar. A rapariga da agência funerária explica-nos que se abre por baixo, desatarraxando dois parafusos. Conta que houve uma família que percorreu quilómetros para chegar à beira-mar e deitar as cinzas, e não tinha chave de parafusos. Ligaram-lhe, aflitos, num domingo de manhã, a perguntar como se abria; tiveram de voltar para trás.

A minha mãe pousa a urna no louceiro da sala de jantar. O meu irmão senta-se à mesa e, como se sentisse a presença do objeto nas suas costas, olha por cima do ombro. «Ah, não», exclama, «não consigo comer com a urna a olhar para mim.» A minha mãe dispõe-se a mudá-la para o quarto. É a minha vez de ficar escandalizada. «Não vamos andar com as cinzas do papá de um lado para o outro, como a outra senhora!» (Segundo a rapariga da agência, houve uma senhora que insistiu em ficar com a urna do marido em casa e, ao fim de uns dias, telefonou-lhe, desesperada, a pedir-lhe por favor que fosse lá buscar as cinzas, porque já as tinha posto em todo o lado, até no fundo de um armário, e não conseguia dormir com o falecido em casa.)

Durante um ou dois dias, a urna fica dentro do guarda-roupa. A ideia de o meu pai estar fechado num guarda-roupa incomoda-me. O teu pai está morto, sussurra uma voz dentro de mim.

«Falo muito com ele», anuncia a minha mãe, acariciando a madeira da urna. Uma vez mais, o choque. Imagino a minha mãe a ocupar os seus dias – que se tornarão muito mais longos e ermos, quando todos retomarmos as nossas rotinas quotidianas – em loquazes monólogos com as cinzas do meu pai, cada vez mais fechada sobre si mesma e isolada. Terá de aprender a viver sem as visitas diárias ao lar, reorientar o seu instinto de cuidadora

noutra direção, preencher as horas com outras atividades que não a compra de medicamentos e fraldas, pijamas e meias, os iogurtes e sumos preferidos do meu pai.

Parece-me urgente despojarmo-nos das cinzas. Abrir a urna e realizar uma cerimónia, um ritual de passagem para a vida sem ele. Não quero que a minha mãe viúva seja «uma pessoa póstuma que passa entre os vivos», como diz Joyce Carol Oates, em *A Widow's Story*.

O prédio inteiro sabia que ele acabara de almoçar quando as paredes estremeciam com a voz de Maria Callas, paixão mais tarde transferida para Maria Guleghina e, em seguida, para Anna Netrebko. Um dos rituais quando ele vinha a Lisboa visitar-nos era irmos todos à Gulbenkian, assistir ao concerto de sexta-feira ao fim do dia. Primeira fila.

Quando o meu pai voltava para o hospital, depois da sesta, o meu irmão mais velho e eu púnhamos Frankie Goes to Hollywood a tocar na aparelhagem, no máximo, e dançávamos o disco todo. *Relax*, 1984, tinha eu onze anos, o meu irmão já andava na faculdade. Era uma casa de gente louca. *La Cage aux folles*.

No dia em que recebeu um novo ecógrafo no serviço, decidiu testá-lo, empolgado, num colega. Descobriram que o colega não tinha um rim. O meu pai voltou para casa à hora do almoço transtornado, porque, se não fosse a sua brincadeira, o colega provavelmente viveria feliz na ignorância, até ao dia em que tivesse algum problema renal. Ele adorava experimentar aparelhos e tecnologias. Quando lhe deram uma máquina de litotricia para as mãos, deleitou-se. Por vezes, sabia mais do que os próprios técnicos, porque não se coibia de mexer, fuçar. Era inventivo e destemido. Ou simplesmente irresponsável, não pensava nas consequências de avariar um sistema, partir uma peça. Todas as noites se sentava em frente ao computador a fazer pesquisas no Google, fascinado. Felizmente, nunca se interessou pelas redes sociais, porque, quando se tornaram corriqueiras em Portugal, ele começava a apresentar os primeiros sinais da doença. O meu pai à solta no Facebook, a verter os seus estados de alma, a escrever em direto: o escândalo que seria.

Decorreu um mês.

Só me apercebi à noite, enquanto me desmaquilhava.

Vi o meu pai no espelho, a barbear-se como fazia, sem falhas, todas as manhãs. O som da lâmina a raspar nos pelos, um crrr crrr estranhamente ruidoso, seria assim tão rija a barba de um homem que quase não tinha pelos no peito, nas pernas? Glabro. Acho que nunca usei a palavra «glabro». Ele era imberbe e há tantos pormenores nele que hoje me parecem pueris, mas o ritual de fazer a barba afigurava-se-me o auge da virilidade. Rematava-o com umas gotas de *Old Spice* e duas palmadinhas secas nas faces.

Ainda hoje me recordo do anúncio do *aftershave*. Um homem num veleiro a enfrentar ondas gigantes, ao som dos *Carmina Burana*. Lembro-me da professora de Latim da faculdade a explicar que *carmina* é o plural de *carmen*, «canção, cântico». Os *Carmina Burana*, enfatizava ela, *carmina* não é um nome de mulher. Não sei porque me lembro tanto da professora de Latim desde que o meu pai morreu. Era uma mulher de uma cultura excecional, mas começava o dia com uma bica e um bagaço no café da nossa rua e dava aulas a oscilar sobre os pés fincados no chão, como um daqueles bonecos que as pessoas colam no tabliê dos automóveis. O esforço para não fechar os olhos era visível. O epítome da solidão e tristeza, o oposto do meu pai. Talvez tenha medo de me ver a mim nela, naquela figura solitária ao balcão do café, todas as manhãs, embora eu não beba álcool.

Googlo «*Old Spice commercials*» e encontro vários anúncios dos anos 80. Afinal, eram dois anúncios distintos que a minha memória cristalizou num só: um primeiro em que se vê um veleiro em mar revolto e um segundo em que um surfista enfrenta ondas gigantes ao som dos *Carmina Burana*. «Old Spice, the mark of a man», diz uma voz grave e convicta. Gostava de ter guardado um frasco de *after-shave* do meu pai. Parecia uma daquelas antigas garrafas brancas de leite, em ponto pequeno, com um veleiro azul estampado na frente e as letras em vermelho.

Ouço o poema «O Fortuna» dos *Carmina Burana* musicalizados por Carl Orff, em 1936. O sussurro do coro elevando-se, em crescendo, arrepiava-me, até que explode no trecho que a *Old Spice* utilizou, truncado, no anúncio: «*Sors salutis / et virtutis / Mihi nunc contraria, / est affectus / et defectus / sempre in angaria. / Hac in hora / sine mora / cordem pulsum tangite; / quod per sortem / sternit fortem, / mecum omnes plangite!*»

«A sorte na saúde / e virtude / agora está contra mim. Dá / e tira / mantendo sempre escravizado. / Nesta hora / sem demora / tange a corda vibrante; / porque a sorte / abate o forte, / chorais todos comigo!»

Relembro os casos em latim, identifico os acusativos, *cordem*, *fortem*.

Hoje, demoraria horas a traduzir estes escassos versos, apesar dos meus quatro anos de Latim. Guardei o velho dicionário, não me desfiz dele. Reservei uma prateleira da minha biblioteca só para os antigos dicionários em papel, embora nunca os tenha usado desde o advento da internet. Guardo-os para poder trabalhar na eventualidade de um corte de eletricidade, de um apocalipse *zombie*, de um regresso à Idade da Pedra. Ante o estado atual do planeta, o meu pai lançar-se-ia com veemência numa discussão sobre o fim do mundo, embora deixando de parte os *zombies*. Uma coisa eram extraterrestres, outra, *zombies*, se bem que tenha a certeza de que também teremos consumido filmes beras sobre mortos-vivos. A minha memória é que não os reteve.

Que rituais guardará o meu filho das minhas manhãs? Eu a maquilhar-me? A desenhar um traço de *khol* nas pálpebras, a esfumar os olhos? Ou registará o ritual da noite? Eu a limpar o rosto com água micelar, a tirar as lentes de contacto, a metamorfosear-me na mãe de cara lavada e óculos graduados? Que recordações acumula um filho ao longo de dezoito anos? A que nos reduzimos nós na memória de quem deixamos para trás? Que sobrá de mim quando eu morrer?

(Tenho de queimar papéis, penso. Todos os diários que escrevi e não quero que o meu filho leia, quando eu morrer, porque há coisas que é escusado um filho saber sobre a mãe. Encontros, desencontros, momentos de euforia e de desespero. Farei uma fogueira.)

Cumpri fervorosamente os dias de luto que a lei nos reserva. Durante uma semana, não traduzi. Durante uma semana, as frases inundaram-me a mente, torrenciais, avassaladoras. Assim que recomecei a traduzir, as palavras secaram. Fiquei vazia. Uma das constatações com que a morte do meu pai me confronta: *translation is a squatter*. O mester da tradução instala-se-me na cabeça como um ocupante ilegal e não me deixa espaço para pensar, criar. Verto palavras, de uma licoreira para um copo, e rapidamente a garrafa fica vazia.

Tiro da prateleira o pequeno volume de *Notas sobre o Luto*, de Chimamanda Adichie, que traduzi há três anos. «Uma nova voz emerge da minha escrita», leio, «carregada da proximidade que sinto da morte, a consciência da minha própria mortalidade, presa por um fio tão fino.»

É o único trecho com que me identifico neste meu processo de luto, profundamente diferente do de Chimamanda. A devastação causada por uma morte súbita é semelhante a uma avalanche. O choque esmagador do inesperado, a incredulidade. Uma morte lenta é uma morte anunciada. Vemo-la aproximar-se devagar, abeirar-se de nós. Quando, enfim, chega é esperada, ainda que nos apanhe sempre de surpresa. Ainda que, na verdade, não estejamos preparados para a receber.

Traz consigo um certo alívio que nos custa a todos confessar em voz alta. O alívio acarreta um sentimento de culpa, tem qualquer coisa de proibido e indizível, mas reconforta-nos, amortiza o choque da morte. «Não era vida», dizemos. «Ele estava a sofrer.» Não sei o que mais me feria, se o olhar vazio do meu pai, vítima de Alzheimer – a constatação de que o seu fulgor se extinguiu –, ou o seu olhar de revolta, prova de que restava alguma lucidez na sua mente, sinónimo de consciência e, por arrasto, de sofrimento.

O nosso grande receio era vê-lo acamado. Anos, imóvel numa cama, como a mãe de uma amiga, nutrida por gastrostomia, uma seringa injetada diretamente no estômago. Um corpo mantido vivo a qualquer preço. Tudo o que ele sempre disse que não queria.

Deixa-me ir. Não faças nada, deixa-me ir.

A morte chegou, piedosa.

E, no entanto, choro. Passados meses, ainda choro. De desamparo, uma sensação desmedida de frangibilidade e solidão, como se não tivesse família e amigos, como se fosse uma menina abandonada no cais de uma estação.



Vejo fotografias que tenho guardadas no computador. O registo das nossas idas a Coimbra. Há uma imagem que se repete a cada visita: uma foto do corredor do lar, com o elevador ao fundo. Sempre que ia ver o meu pai, detinha-me na entrada e fotografava o corredor. Foi neste edifício que nasci. Entre estas paredes, uns pisos acima. Talvez no mesmo piso onde o meu pai residiu nos seus últimos cinco anos de vida.

O corredor do lar lembra-me o antigo hospital de Coimbra, na Praça Dom Dinis. Vejo-me, na infância, a atravessar as Urgências com o meu pai, uma noite, não me recordo porquê, talvez tenha sido quando tive uma pielonefrite ou quando parti o indicador ao entalá-lo numa porta. Alas abobadadas, corredores de azulejos, a sensação de frio que me ficou impressa na memória. Não faço ideia se havia realmente tetos em abóbada e azulejos nas paredes e no chão, mas tenho a certeza do frio. E das macas estacionadas em todos os cantos, pessoas a gemer, à espera de serem vistas.

E eu atravessava as Urgências de mão dada com o meu pai, naquele seu passo de corrida, e ele ia dizendo «não olhes, não olhes», e eu baixava os olhos e não via nada. Deixava-me conduzir por ele. O pai herói, o médico que ia salvar aquelas pessoas todas.

No velório, ouço um amigo da família contar a história da *Kawasaki*. Este antigo vizinho tinha uma *Kawasaki* e o meu pai teimou em dar uma volta com ele, queria à força experimentar o poder de aceleração daquele bicho potente. Instalou-se atrás do amigo, agarrou-se-lhe à barriga, e instou-o a dar tudo por tudo. A meio da reta da rua do Jardim Botânico, já o meu pai tinha ficado sem o capacete, arrancado pelo coice da *Kawasaki*. Foi a primeira e última vez.

Quando um de nós lhe pediu uma moto, aos dezasseis anos, ele ameaçou levar-nos às Urgências num sábado à noite. «Peçam-me tudo, menos isso», insurgiu-se. Dizia que, ao fim de semana, as Urgências estavam cheias de vítimas de acidentes de moto. Paralíticos, tetraplégicos, estropiados, vidas destruídas. Nós entreolhávamo-nos, meio irritados, meio divertidos: o trauma da *Kawasaki*.

Hoje, repito as palavras dele ao meu filho: «Pede-me tudo, menos uma moto.»

Era o mestre das gafes. Tocava à porta dos colegas mais novos, provavelmente já no dealbar de Alzheimer, e entrava-lhes pela casa dentro para tomar café e conversar. Ao sábado de manhã, a horas impróprias, quando ia dar os seus passeios de carro pelos montes e bosques em redor de Coimbra, e os colegas estavam a gozar o dia de folga com os filhos pequenos. Houve uma fase em que falava insistentemente em comprar um moinho, ideia que horrorizava a minha mãe. Que pena não o ter feito; eu adoraria viver num moinho. No velório, um colega conta-me que o medronheiro que ele lhes plantou no jardim continua viçoso. Lembro-me de ele ter feito algumas experiências infrutíferas com o cultivo de abacates e ananases. Sempre em terreno alheio.

Na infância, passeávamos de carro ao domingo, pelos campos, pela mata do Choupal, Vale de Canas. Percebo, hoje, que devia ser a sua forma de mitigar as saudades da Madeira, daquela vegetação luxuriante. Nunca percebi como ele se conformou com a vida num apartamento no centro de Coimbra. Como aprendeu a viver sem as ribeiras e levadas, sem a floresta Laurissilva e o mar.

Ele adaptava-se a tudo.

«Estás mais doce», disse-me, a primeira vez que me viu com o meu filho recém-nascido nos braços. Ele acabara de sair do comboio em Nancy, estávamos sentados na esplanada de um café, antes de seguirmos viagem para minha casa na França profunda. Eu tinha o bebé aninhado no cotovelo, com umas escassas semanas de idade. Sentia-me feliz, orgulhosa da minha obra, e adulta, creio que nunca me senti tão adulta como quando o meu filho nasceu. Imbuída de espírito de missão, criar um ser humano, ser o eixo e o mundo de uma criaturinha indefesa. «Nunca te vi assim», insistiu o meu pai, e lembro-me da expressão dele, de desconcerto, como se, antes, houvesse em mim uma dureza que a maternidade eliminara.

Hoje, o meu melhor amigo comenta: «Estás mais doce», e sei que é o sentimento de orfandade que me atenua as arestas, amolece a carapaça que ao longo dos anos se foi cristalizando por força das circunstâncias. O meu pai morreu dois meses antes de o meu filho atingir a maioridade. Tantos anos definida por esses dois papéis: filha, mãe. Há uma camada que se solta, e depois outra, e a pele que fica exposta é fina e sensível. Pela primeira vez na vida, deixarei porventura que cuidem de mim.

Dizia-me: «Tu não és bonita, mas tens qualquer coisa.» Examinava-me as feições, atento. E, sorrindo, chamava-me um nome carinhoso ou apertava-me o nariz, retirando peso à sua avaliação implacável. Ele não tinha os filtros comuns da etiqueta, todavia nunca lhe detetei um grão de malícia. Dizia o que pensava, sem noção de certas regras da diplomacia ou do bom senso. Não sei se foi por essa brecha, esse «mas», que entraram as relações malsãs da minha vida, pensamento que me parece escusado esquadriñar. (Não sou adepta de intervenções sistémicas, prefiro arcar individualmente com a responsabilidade das minhas más escolhas.)

Uma vez, um dos seus afetuosos beliscões deixou-me a ponta do nariz negra durante dias. A minha mãe ficou escandalizada e, sempre que o via aproximar-se de mim com os dedos dobrados, pronto para me entalar as narinas, corria a salvar-me. Eu achava graça a essa maneira trapalhona de ele mostrar que me amava.

A minha mãe entrançava-me os cabelos; era a sua forma de exprimir amor.

Ele tinha fama de despistado, mas gabava-se de nunca se ter esquecido de uma compressa dentro de um doente. A ideia de os médicos se esquecerem de compressas dentro dos doentes, quando os operam, não nos era reconfortante. No bloco, sob a supervisão dele, havia sempre contagem e recontagem de compressas no início e no final de cada cirurgia. Mas a minha mãe diz que, um dia, um vizinho chegou do supermercado e pousou as compras no chão, juntamente com uma tábua da carne, demasiado grande para caber num dos sacos. Enquanto conversava com o vizinho, o meu pai começou a limpar os sapatos na tábua, julgando que era o capacho. A minha mãe não sabia onde se enfiar.

O casamento deles era um mosaico de embaraços e constrangimentos, dos quais nos ríamos muito, *a posteriori*, mas não era fácil viver com uma pessoa tão desligada de tudo. Ia buscar-nos à escola e víamo-lo passar de carro; esquecera-se de nós pelo caminho. Nunca sabia as nossas idades, as nossas datas de aniversário. Esquecia-se sempre de comprar prendas de Natal e de anos para a mulher, cabia-nos a nós, filhos, colmatar essa falha para a nossa mãe não ficar triste. Não distinguia as minhas primas. Comentava, ao chegar do café: «Cruzei-me com uma das miúdas da D. [uma das irmãs da minha mãe], mas não sei qual delas era.» Não são gémeas, nem sequer parecidas.

Quando foi para o lar, já nos confundia com frequência: achava que a minha mãe era eu e perguntava-lhe todos os dias «a mamã?», referindo-se a ela, a mulher com quem estava casado há mais de cinquenta anos. Quando o visitava, ele ficava perplexo, não me reconhecia. O seu olhar muito parado, a observar-me, sem conseguir identificar os meus traços. Creio que lhe eram familiares, mas a referência exata escapava-se-lhe.

Por muitos filmes que se veja, ou livros que se leia, nada nos prepara para o nosso pai, a nossa mãe não saberem quem somos. Faz-nos questionar a existência da alma. Se a memória de um filho adorado se esvai com a

degeneração e perda de células cerebrais, talvez não exista alma, talvez sejamos apenas um corpo, uma máquina, perecível e finita.

Eu vivia em Paris e, quando vinha a Portugal, dizia: «O papá tem Alzheimer.» Respondiam-me que não, ele sempre fora despistado, lá estava eu a inventar histórias, a ver coisas onde não existiam. Esqueciam-se de que o meu olhar era externo, mais objetivo devido à distância, aos interregnos sem nos vermos que faziam com que o declínio cognitivo me parecesse flagrante de visita para visita. A princípio, ele era exímio a disfarçar as perdas de memória, justificava-as, e todos pensavam que eram as suas habituais distrações. Depois, foi-se-lhe tornando cada vez mais difícil retomar o fio à meada, as conversas encalhavam em reticências e esquecimentos irremediáveis. O diagnóstico chegou muito tarde, como costuma acontecer, quando já se perdia na rua e tivera um acidente de automóvel.

Tentámos convencê-lo a deixar de conduzir. Era perigoso, podia ter-se magoado ou magoado alguém. Subiu um passeio e bateu numa árvore. Por sorte, não atropelou ninguém. Tive de lhe tirar o carro. Fui a Coimbra e pedi-lhe que me deixasse levar o automóvel para Lisboa, precisava dele. Nós os dois, parados na garagem, a olhar para o *Honda* preto. O sentimento dele, de desconcerto, de perda; o meu, de vergonha, e culpa. Mentir-lhe. Privá-lo do prazer de conduzir, despojá-lo de um dos seus bens mais estimados. Odiei o papel que fiz, nesse dia. Parecia uma criança, ao meu lado, pequeno e retraído. Sei que foi uma medida necessária, imprescindível, mas a fealdade da mentira, a crueldade do gesto, dilaceraram-me.

Não quero falar sobre a doença.

Ser crua como Annie Ernaux, em *Não Saí da Minha Noite*.

Dizer o indizível. Dar nome ao que não queríamos ter visto, vivido.

Num momento que só posso rotular de masoquista, vejo um documentário na Netflix, *Holocausto Brasileiro*. Baseado numa série de reportagens de Hiram Firmino, intituladas «Nos Porões da Loucura», conta a história da Colónia de Barbacena, um «hospital» psiquiátrico em Minas Gerais, onde, durante décadas, foram internados os loucos, os indigentes, os incómodos, em condições desumanas.

«Acho que sofrimento tem cheiro», diz Helvécio Ratton, o realizador do filme *Em Nome da Razão*, de 1979. Os alienados chegavam em vagões, como os judeus aos campos de concentração. Terão morrido cerca de sessenta mil pessoas naquele asilo. Quase dois mil corpos foram vendidos a faculdades de Medicina.

A minha sensação horrenda e desproporcionada de ter abandonado o meu pai.

Tenho de a desmontar, para conseguir estancar o choro.

O lar era um hotel de quatro estrelas, limpo, quente, soalheiro, com médicos, enfermeiros, auxiliares carinhosas.

Tu não abandonaste o teu pai.

Recorde-o como era, disse eu a um dos discípulos do meu pai. Ele relembra-me esta frase, no velório. O meu pai ainda estava em casa, na altura, mas já se perdia dentro do apartamento, passava muitas horas sentado numa cadeira da sala, ao sol, de olhos fechados. A luz era dourada, ele parecia uma figura num quadro de Rembrandt. Uma imagem serena, como se estivesse num lugar só seu, em paz. Mas assustava-me vê-lo tão longe, alheado do mundo, e eu levantava os olhos do computador e dizia-lhe «Está vivo, papá?», para o trazer de volta. Era um gracejo entre nós. Ainda hoje, quando estou muito calada no escritório, o meu filho me pergunta da sala «Estás viva?» e vice-versa. Queremos uma prova de vida. Nos últimos meses antes de ir para o lar, ele já não me respondia. Abria as pálpebras, a custo, e fitava-me, mas o seu olhar transmitia apenas cansaço. Cansaço de viver.

O meu pai queria que os colegas, especialmente os mais novos, o recordassem como ele era. Por isso, desaconselhávamos as visitas. Não reconhecia as pessoas e ficava agitado, e, mais tarde, as auxiliares do lar contavam-nos que o doutor A ou a enfermeira B o foram ver e saíram de lá em lágrimas, por o terem encontrado imóvel, sem aquela sua luz e aceleração. O meu irmão mais velho e eu também somos acelerados. Não sabemos andar devagar pela rua, fazemos tudo em passo de corrida. Ir às compras, tratar de burocracias, tudo é despachado de uma palhetada, céleres e exasperados com o tédio dos afazeres diários e a lentidão dos outros.

Na praia, ele nunca estava. A minha mãe sentava-se debaixo do chapéu de sol a vigiar-nos, o meu pai desaparecia. Ia correr pelo areal ou trepar às rochas, lembro-me de o ver trepar às rochas no Algarve. Um cabrito-montês, de pés ligeiros, galgava falésias e promontórios. Não estava quando caí numa piscina e quase me afoguei. Não estava quando um dos meus irmãos decidiu caminhar pela praia fora e desapareceu. Nunca essas ausências fizeram moossa na dimensão mítica que lhe atribuíamos.

Não sei com que idade comecei a aperceber-me dos defeitos do meu pai.

A morte devolve-me o pai herói que, durante anos, a doença esbateu. E eu precisava que ele voltasse a ser o homem grandioso da minha infância, o médico que socorria pessoas que desmaiavam em restaurantes, se sentiam mal em aviões, que eram vítimas de acidentes de viação e ele parava na berma da estrada e socorria-as.

O pai que me ensinava *katas* na cozinha e partia tábuas na varanda, com um soco certo, para gáudio dos filhos. «Tem de ser uma pancada seca e certa», explicava. O rigor, sempre o rigor. Lembro-me de assistir aos treinos e provas de karaté, no Estádio Universitário em Coimbra. Ver as filas de quimono branco a avançarem em sincronia perfeita, executando cada *kata*: era um bailado, para mim. Ele, cinturão negro entre os outros, o sócio mais antigo da associação. Havia beleza naquelas *performances*.

E um certo conceito de virilidade, que passava pelo rigor e contenção de cada golpe. O karaté fascinava-me precisamente por não ser o combate em que dois corpos se engalfinham, como o jiu-jitsu ou o judo, e passam o tempo todo no chão. O karaté é vertical, ereto, uma coreografia de gestos exatos. Mas lembro-me de ele chegar a casa, de vez em quando, com nódoas negras ou aborrecido por ter dado um pontapé num colega durante o treino.

O rigor só não se aplicava em casa, em tudo o que consertava. Os consertos eram remendos, arremedos, soluções atamancadas que deviam ser provisórias e acabavam por se tornar definitivas. As maçanetas de minha casa são prova disso. Sempre que olho para os parafusos que prendem o metal à madeira lembro-me do meu pai, com a caixa de ferramentas aberta no corredor, um joelho no chão, concentrado a aparafusar as maçanetas. Como as roscas estavam puídas, ele trocou os parafusos e pôs uns tão grandes, que as tampas que os cobriam deixaram de encaixar. Todas as maçanetas do apartamento estão destapadas, expostas. Não sei se algum dia as mandarei arranjar.

Não faço ideia de onde lhe vinha a aptidão, mas era especialista em arrombar carros. Sempre que alguém se esquecia da chave dentro de casa ou do carro, chamava-o. Um dia, tirou o automóvel de um colega do estacionamento em frente ao hospital só pelo gozo de ver a cara dele ao pensar que lhe tinham roubado o carro. Brincadeiras pueris, a que eu não acharia piada se fosse o alvo delas, mas ele divertia-se como um adolescente.

No velório, uma das enfermeiras que trabalharam no serviço dele comenta com um médico (o colega que o substituiu depois da reforma) que até nos ataques de mau feitio ele tinha graça. Quando chegava ao hospital irritado com alguma coisa, dava um «pontapé no cachorro». Riem-se ambos. Como os fito, perplexa e um tudo-nada inquieta, explicam-me que o «cachorro» era o caixote do lixo. Voavam papéis por todo o lado, o caixote rebojava pelo chão, mas ele acalmava-se em dois minutos.

Tinha uma capacidade invulgar de superar a fúria. De viver aguerridamente no presente. Gritava, dava um murro numa mesa, minutos depois já estava tudo sanado e esquecido. Dizia que precisava de praguejar, os palavrões faziam bem à saúde, eram catárticos. Fui criada para não dizer palavrões, nem sequer usar termos como «gajo», «porreiro», e que bem que, hoje, me sabe berrar um «foda-se» na hora certa, um «caralho» para despejar a raiva. Ele ficaria chocado se me ouvisse, mas tenho a certeza de que lhe veria o lampejo travesso nos olhos.

«Ele está muito fraquinho», avisou um dos meus tios, quando falou com a minha mãe ao telefone. O hospital estava caótico. Já das outras vezes em que o meu pai tinha sido internado imperara a desordem, ninguém sabia dar informações, não permitiram que a minha mãe acompanhasse o doente (uma medida desumana, porque uma pessoa com Alzheimer não consegue muitas vezes dizer como se chama, o que sente, e cada alteração de espaço e rotina a desnorteia por completo). O meu tio é médico, pôde ir visitar o meu pai à Medicina Interna e averiguar o que se passava. Explicou que ele tinha uma pneumonia. «Está muito fraquinho», insistiu. Ele soube – anos a ver chegar a morte, a interpretar os sinais – e quis preparar-nos.

O meu irmão mais velho convenceu-se, até ao fim, de que o nosso pai teria alta do hospital, incólume, como acontecera antes. O meu irmão já estivera três ou quatro vezes naquela sala de espera das Urgências, horas e horas, a aguardar notícias, e o meu pai regressara sempre ao lar. Tinha razão quando nos dizia que o corpo é uma máquina resistente.

A minha mãe e eu mentalizámo-nos. E, no entanto, quando ela me telefonou a dar a notícia, chorava como se tivesse sido um choque, um acontecimento inesperado. Eu estava no carro, ia à Buchholz entregar uns livros e umas fotografias para decorar a montra. Chorei o caminho todo. Deixei o automóvel mal-estacionado à porta, enxuguei as lágrimas, entreguei as coisas ao livreiro, sem delongas, e voltei para casa, elaborando em voz alta uma lista de tudo o que o meu filho e eu tínhamos de fazer para podermos rumar a Coimbra o mais depressa possível. «Venham de comboio», disse-me a minha mãe. «Estás em condições para conduzir?», perguntou-me o meu filho. Conversámos a viagem toda de carro.

Nessa noite, dormi no escritório do meu pai, sob o olhar de Einstein e os livros de Feynman.

A decisão de internar o meu pai num lar foi um processo longo e acerbo. A minha mãe não aceitava a ideia de se separar dele, de abdicar do seu papel de cuidadora. Havia uma espécie de possessividade natural nesse seu espírito de missão; foram quase sessenta anos de casamento. Ao fim de meses compostos por dias esgotantes e noites sem dormir, ela estava exaurida. Eu telefonava ao meu irmão mais velho, angustiada, e perguntava-lhe: «Já reparaste que a mamã não consegue terminar uma frase, esquece-se do que ia dizer, ou pior, faltam-lhe as palavras?» Receámos que também ela tivesse Alzheimer, como se a doença se pegasse por proximidade. Li vários livros sobre Alzheimer. Todos avisavam sobre a necessidade de os cuidadores se preservarem, tirarem tempo todas as semanas só para si, porque é física e emocionalmente extenuante cuidar de uma pessoa que regressa à primeira infância e não fala, não sabe lavar-se, vestir-se, ir à casa de banho. Um bebé, com o tamanho e o peso de um adulto, o que exige, à partida, que o cuidador tenha, não só robustez mental, mas também força de braços.

Um amigo muito próximo da família, médico, disse-nos: «Vocês não podem salvar o vosso pai, a doença é irreversível, mas ainda vão a tempo de salvar a vossa mãe de um esgotamento.»

Tivemos uma conversa com ela, uma espécie de intervenção, como vemos nos filmes e séries americanos quando um elemento da família precisa de ser internado numa clínica ou chamado à razão. A minha mãe estava tão depauperada, que os seus protestos depressa esmoreceram. Conseguimos vaga no lar. Mudámos o meu pai para o seu novo quarto, a minha mãe levou umas fotografias nossas para pôr na mesinha de cabeceira («ele não conhece ninguém, mamã»), arrumou a roupa no guarda-fatos, tratou de tudo para que ele se sentisse o menos perdido possível.

Na manhã seguinte, já ela nos estava a telefonar a dizer que se tinha arrependido e queria ir buscá-lo. Durante semanas, ligava-me, chorosa, queria que ele voltasse para casa. Não permitimos. Já tínhamos analisado a possibilidade de contratar alguém para cuidar dele em casa, mas seriam

necessárias pelo menos duas pessoas, porque teriam de assegurar os cuidados de dia, mas também os de noite, porque ele se levantava várias vezes de madrugada. Rapidamente percebemos que, estando a minha mãe em casa, dificilmente descansaria, acabaria por se levantar e fazer as vezes da enfermeira. Seria impossível travar o processo de desgaste e exaustão. Perderíamos pai e mãe.

Foi a decisão mais difícil das nossas vidas.

Tenho vontade de rever *Sete Palmos de Terra*. De falar com os homens da funerária, de entrevistar tanatopratores. Vontade de perceber como lidam com a morte todos os dias, como a tornam mais manejável para os enlutados. Surgem-me dúvidas abstrusas: o meu pai foi sujeito a um processo de tanatopraxia ou tanatoestética? Um processo de embalsamamento ou de simples cosmética? A minha habitual necessidade de pesquisar para compreender, usar uma abordagem académica para me distanciar da dor.

Pergunto à rapariga da agência quem tratou do corpo. Inesperadamente, ela aponta para os dois senhores vestidos de preto que estão na capela do velório, de mãos entrelaçadas como duas sentinelas ou guardiões. Os mesmos que nos mostraram o corpo na morgue, os mesmos que transportaram o caixão, os mesmos que nos levaram ao crematório no carro funerário. Acompanharam o meu pai do princípio ao fim, o que me reconforta, dando-me uma sensação de continuidade e de aconchego. Teria sido demasiado impessoal assistir a um vaivém de funcionários, cada um especializado na sua área, maquieiro, tanatoprator, corpoferário, motorista. (Gosto da sonoridade de «corpoferário».)

De regresso a Lisboa, vejo *Sete Palmos de Terra*. Volvidos tantos anos, revisito a série com um sentimento novo de identificação. As excentricidades daquela família, o sentido de humor negro e muitas vezes inapropriado, o convívio incomum com os corpos: podíamos ser nós.

Até ser adulta e ir viver para o estrangeiro – Londres, na altura –, eu nunca soube o que era marcar uma consulta médica, ir ao centro de saúde ou às Urgências sem ser pela porta do cavalo. Havia sempre medicamentos em casa, uma farmácia bem apetrechada, e antibióticos para todas as maleitas. Mas quando ele nos fazia um diagnóstico, já em adultos, e o questionávamos, imbuídos de espírito científico e inquisitivo, respondia-nos, meio ofendido: «Sou o homem do talho, sou? Vocês tiraram o curso de Medicina por correspondência?» e ríamo-nos.

Sempre que mudava de cidade e de país, uma das primeiras coisas que eu fazia era pesquisar os médicos de que necessitaria impreterivelmente: oftalmologista, ginecologista, dentista, otorrino, um especialista para cada parte do corpo, sentindo que, na ausência dos cuidados paternos, perdia a visão holística do meu próprio corpo. Era feita de partes em vez de um todo. Vulnerável.

O meu pai fazia-me sentir segura, não havia mal que não curasse. Talvez seja essa a definição mais lata de amor paterno, materno. Uma criança amada é uma criança que se sente protegida e invulnerável.

Pergunto-me se, um dia, o meu filho olhará para trás e pensará que o meu amor o fez sentir-se seguro. Se, apesar de tudo, fui o seu porto de abrigo.

Vimos tantos policiais sobre mulheres e crianças raptadas e violentadas, que o meu pai entrava em pânico sempre que, na República Dominicana, eu saía do seu campo de visão. A caminho de Bayahibe, parámos num café-galeria à beira da estrada e, enquanto todos bebiam refrescos (que os deixariam com os intestinos virados do avesso e lá andou o meu pai a distribuir medicamentos), afastei-me para ver os quadros garridos expostos na galeria ao ar livre, uma espécie de labirinto com telas enormes, que desaguava na selva tropical. O meu pai surgiu, de repente, atrás de mim e sibilou-me por cima do ombro: «Não voltas a afastar-te!» Estava furibundo, em pânico. «Não vês que te podem raptar e nunca mais te pomos os olhos em cima?!»

Na altura, irritou-me aquele seu zelo, que me parecia excessivo, paranoico. Senti que ele me privava de liberdade a cada passo. Para mim, o mundo ainda era um lugar bastante seguro.

Anos depois, passei a associar o filme *8 mm* à fúria do meu pai na República Dominicana, como se o facto de ele ter visto aquela história macabra justificasse o pavor de que eu desaparecesse. Durante décadas, na minha memória, a rapariga que é torturada para figurar num filme *snuff* é filha do detetive interpretado pelo ator Nicholas Cage. Quando pesquiso *8 mm* na internet, constato que é de 1999, posterior à nossa viagem a Bayahibe, e que a vítima não é filha da personagem de Nicholas Cage. Provavelmente, o meu pai e eu nem vimos o filme juntos, porque me mudei para Lisboa em 1995. Ou talvez tenhamos feito um serão cinéfilo numa das minhas idas a Coimbra. O que me interpela é a amálgama que fiz na minha mente entre os filmes de série B que consumíamos e cenas reais da minha vida. Tudo se entrelaça e funde como num sonho.

«A memória ajusta-se», escreve Joan Didion em *Noites Azuis*, «a memória conforma-se ao que julgamos recordar.» A memória é profundamente subjetiva. Esta é a minha versão do meu pai. A dos meus irmãos será diferente, talvez até contraditória.

Se eles tivessem querido fazer Interrail ou o programa Erasmus na Irlanda, como eu quis, creio que teriam recebido a aprovação paterna. Eu esbarrei num irredutível «não» a ambos os pedidos. Por ser mulher, por ser a menina do papá. Durante anos, desejei ter nascido homem. Via as raparigas nórdicas que viajavam sozinhas pelo mundo inteiro, de comboio, de barco, e descobri, fascinada, numa cadeira sobre literatura de viagens na faculdade, que existiram mulheres viajantes como Mary Seacole, Mary Kingsley, Gertrude Bell, Freya Stark, Isabelle Eberhardt, Alexandra David-Neel. Não era, portanto, o meu sexo que me impedia de ser livre, era a mentalidade do meu pai. O medo dele. E a constatação de que o mundo era, efetivamente, mais perigoso para as mulheres.

O programa Erasmus oferecia um intercâmbio com a Universidade de Cork, no Sul da Irlanda. O meu pai proibiu-me de me candidatar, fazendo-me um discurso sobre o IRA e as bombas. Nem a geografia e a história da Irlanda do Norte o demoveram. Em retrospectiva, percebo que provavelmente não considereei Cork um destino muito apelativo, caso contrário ter-me-ia rebelado, afinal já fizera dezoito anos, era maior de idade. Se, no início dos anos 90, existisse a internet, eu teria descoberto o atrativo de Cork. A minha vida seria hoje completamente diferente. Ou não. Talvez tivesse vindo parar aonde estou, mas por um caminho distinto, via Cork, ao invés de Londres ou Paris.

Passo diante da igreja da Praça de Londres. Está um grupinho de pessoas à porta da capela. Um carro funerário aberto, vazio. Abrando o passo. Há dois meses, fiz o trajeto entre a igreja e o crematório, nos arredores da cidade, num carro funerário. Atrás de mim, o caixão, a coroa de flores brancas e amarelas. Quantas vezes, na estrada, detestei ver um carro funerário à minha frente, mudava de faixa logo que podia e ultrapassava-o. Como se, assim, me esquivasse da morte.

Já estive onde vocês estão hoje, penso, olhando os rostos chorosos.

O tempo ajuda.

A minha mãe, as auxiliares, a diretora do lar, todas o tratam como se fosse um bebé. Falam alto, em vozes agudas, dir-se-ia que é surdo e não doente de Alzheimer. Falam-lhe com carinho e doçura, pacientes, expectantes de que ele reaja.

Depressa me apercebo, a cada visita, que me irrita profundamente que lhe falem como se fosse uma criança de colo, ele, mente brilhante. Ao mesmo tempo, invejo quem consegue assim falar-lhe, porque estabelece laços, arranca-lhe palavras, por vezes frases inteiras. Eu, com a minha incapacidade de adaptar o discurso, o tom, apenas obtenho dele um inexorável mutismo.

Fere-me a infantilização, mas talvez seja esse o único meio de comunicação que nos resta e sinto-me incapaz de o interpelar assim. A falha é minha. Não consigo chegar a ele e a falha é minha.

(Não sei por que razão escrevo no presente. Ele morreu.)

Em casa dos meus pais, vejo os álbuns de fotografias da nossa infância. Ele fez uma razia aos álbuns. Tirou fotos para as digitalizar e, como se esquecia das que já tinha copiado para CD, começou a escrever nas páginas, em letras maiúsculas, grossas, a marcador vermelho: SCANEADO. Os álbuns que a minha mãe organizou com tanto cuidado e minúcia são hoje uma balbúrdia de imagens fora do lugar, descoladas, mal coladas, algumas delas ausentes, e todas com o rótulo garrafal SCANEADO.

Em minha casa, guardo uma caixa enorme cheia de CD com essas fotografias, repetidas à exaustão. Os CD que ele gravava e me ia oferecendo. Eu, guardiã da sua memória em declínio. Não sei se algum dia terei coragem de os rever, ordenar, deitar fora tudo o que está repetido.

É isso, Alzheimer: repetição *ad nauseam*.

Num envelope, encontro fotografias de uma ecografia renal que ele terá feito a um doente. Nas costas de uma delas, escreveu: «Mar de nuvens na Madeira?» O ponto de interrogação denota que ainda havia feixes de lucidez através das brumas.

Na antecâmara da cremação, uma sala de teto alto como uma capela e luminosas paredes brancas, sentada num banco comprido de madeira, a minha mãe perde a contenção, por instantes, e pranteia-se: «Ele era o amor da minha vida.» O tom agudo, a cara inchada de chorar: parece uma menina. Olho para uma das minhas tias, que lhe faz festinhas na face para a acalmar, e sorrimo-nos. Há qualquer coisa de engraçado, comovente, naquele ar de adolescente que, chorando, diz «o amor da minha vida».

O meu pai era colega de curso de um primo da minha mãe e frequentava a casa da minha bisavó, na Alta de Coimbra. Foi assim que conheceu a minha mãe, tinha ela catorze anos, e ele, vinte e dois. Outros tempos, dizemos, em que os catorze anos das raparigas pareciam mais maduros, elas não eram meninas, pensamos, já eram mulheres. Quantas das nossas mães, tias, avós, começaram a namorar e se casaram antes de serem maiores de idade. O meu pai, vindo da Madeira, vivia numa pensão, como muitos estudantes universitários. Dizem que, nas paredes do quarto húmido, brotavam cogumelos. A casa da minha bisavó, sempre cheia de jovens e boa comida («morra marta, mas morra farta»), apregoava a bisavó, a matriarca), era um porto seguro para ele. Casaram-se cinco anos depois, ele já com o canudo de Medicina e um prémio do Totobola que lhes permitiu arranjar casa.

Sento-me na sala dos meus pais a folhear o álbum de casamento, um volume grande, com fotografias a preto e branco em que ambos parecem esplendorosos, duas estrelas de cinema, irradiando uma felicidade genuína. Em todas as fotografias dessa época, o meu pai envolve os ombros da minha mãe com um braço e fita-a, sorrindo, radiante. «Éramos duas crianças», comenta a minha mãe, espreitando por cima do meu ombro.

Disse-me uma tia que eles namoravam em silêncio, e é assim que os deixo, muito jovens, inexperientes, sentados de mãos dadas, em silêncio. Fecho essa porta de mansinho. Não quero entrar na intimidade deles. Foi uma vida inteira. Sessenta anos de vida em comum.

Quantas pessoas da minha geração ou da geração do meu filho viverão um casamento com essa longevidade?

O meu pai morreu no dia 24-02-2024. Só me apercebo da simetria dos números, da beleza matemática, quando olho para o caixão de nogueira e vejo a chapinha metálica com a data da morte. Volvidos dois meses, abro o ficheiro da certidão, no meu computador: o óbito foi declarado às 11 horas e 11 minutos.

No metro à cunha, rumo ao Marquês, rodeada de cravos e conversas empolgadas, vejo um anúncio afixado na carruagem: «24-02-2022. O DIA MAIS LONGO QUE NUNCA MAIS ACABOU.» Confusa, penso: porque é que a data da morte do meu pai está impressa num anúncio? Que mais aconteceu nesse dia? Só depois reparo que o ano é 2022 e não 2024. A foto ilustrativa é de um prédio destruído. Uma exposição de fotografia documental sobre a guerra na Ucrânia. Detenho-me nessa ideia de *o dia que nunca mais acabou* e pergunto-me se me sentirei assim para o resto da vida, órfã e desamparada.

Eu, que me esqueço de tudo, nunca esquecerei este abril de 2024: a 23, o meu filho atingiu a maioridade, a 24 assinalamos dois meses desde que o meu pai morreu, a 25 celebramos os cinquenta anos da Revolução dos Cravos.

Lisboa inteira confluíu para a Praça do Marquês de Pombal. Encontro amigos, revejo conhecidos, estamos todos aqui, a festejar a liberdade. Desço a avenida ao som de «Grândola, Vila Morena» e comovo-me. O meu pai adorava esta música, o meu pai louvava Zeca Afonso, as letras, a forma como cantava, descendo o tom de voz no final de cada verso. O meu pai embirrava visceralmente com todos os cantores que enfatizam, estridentes, a última sílaba dos refrões.

Quando já lhe tinham diagnosticado Alzheimer, mas ainda sabia usar o computador para fazer pesquisas no Google, ele via um vídeo em *loop*, durante horas, imagens de Salgueiro Maia no 25 de Abril. A minha mãe diz que se ouviam muitos palavrões, tinha receio de que os vizinhos pensassem que era o meu pai a praguejar. Procuro o vídeo e não o encontro (talvez fosse do filme?), não sei que sequência era essa que tanto o fascinava, mas sei que ele dizia repetidamente: «É a cara chapada do meu neto, o Salgueiro Maia.» Não era. Não existem quaisquer semelhanças entre a fisionomia do capitão de Abril e a do meu filho, mas toca-me que o meu pai achasse que sim.

Era contra todo o tipo de extremismos, fosse de direita, fosse de esquerda.

Um homem reto.

Não sei onde eles estavam no 25 de Abril, mas lembro-me de que havia uma história que o meu pai costumava contar. Telefone à minha mãe. Ela sorri na videochamada. Tinham vindo a Lisboa, conta-me, assistir a uma ópera no S. Carlos, e regressavam a Coimbra, findo o espetáculo. Uma noite mágica, diz-me o seu sorriso. Quando lhe pergunto qual era a ópera, ela manda-me esperar um instante e desaparece do ecrã. Volta com o bilhete, entusiasmada. Uma senha de camarote de primeira, para *La Traviata*. Guardou-o durante cinquenta anos. Um pequeno tesouro.



Volvidos três meses, ainda deixo *e-mails* por responder, pedidos em suspenso, recuso convites de trabalho, adio almoços de amigos: tudo me cansa e se me afigura vácuo. Tenho saudades da alegria que me pautava os dias antes de o meu pai morrer. Andava como que eufórica, transbordante de vida. Como se soubesse que estava próxima do fim e lançasse os últimos foguetes antes de a tristeza se instalar. Uma tristeza que não me impede de funcionar, sorrir, dizer brejeirices, encetar conversas sérias e profissionais. Uma tristeza subterrânea. Será isto o luto? Esta linguagem fátua que desliza à superfície de um rio aparentemente calmo, a que subjaz uma correnteza lúgubre e melancólica? Deixo-me ir com as águas e, de vez em quando, emerjo para não perder o norte, não esquecer o caminho de volta para o mundo exterior.

«Não saí da minha noite.» A última frase que a mãe de Annie Ernaux escreveu e que dá título ao diário que a autora publicou sobre o declínio da mãe, doente de Alzheimer. *Não saí da minha noite...*

Não sei qual foi a última palavra que o meu pai me disse.

A última conversa que tivemos.

A última vez que me reconheceu.

OBRAS COMPLETAS DE FERNANDO PESSOA

★ ★

POESIAS

de

ÁLVARO DE CAMPOS



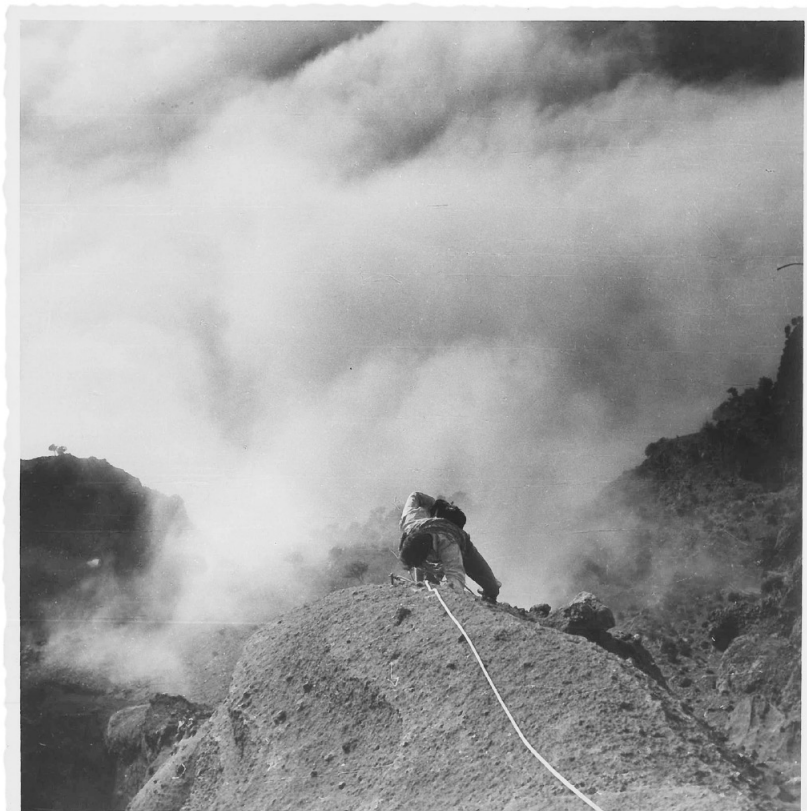
COLEÇÃO POESIA ● EDIÇÕES ATICA

O meu pai sabia «A Tabacaria» de cor.

Oito páginas de versos, que ele declamava de pé, com fervor, e sorria-me, quando chegava a «Come chocolates, pequena; come chocolates! Olha que não há mais metafísica no mundo senão chocolates», como se essas três linhas encerrassem uma lição de vida e Álvaro de Campos as tivesse escrito para mim.

Há uns anos, comprei-lhe a poesia completa e surripiei-lhe o exemplar muito gasto, remendei a capa com fita-cola. Manchinhas de água, páginas escurecidas pela gordura dos dedos. Quando eu morrer, deixarei este livro ao meu filho.

O meu pai escalava montanhas.



Dava pontapés na Lua.



O meu pai voava.



Contents

1. [Ficha Técnica](#)
2. [O meu pai voava](#)

Landmarks

1. [Cover](#)
2. [Title-Page](#)
3. [Table of Contents](#)